

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS COM ÊNFASE EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUCAS ALBERTO ROSA DA SILVA

MODOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE HUMANIDADES

**MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS COM ÊNFASE EM CIÊNCIA
POLÍTICA**

Lucas Alberto Rosa da Silva

**MODOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA
BRASILEIRA**

Porto Alegre

2018

Escola de Humanidades

**MODOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA
BRASILEIRA**

Lucas Alberto Rosa da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul para a Obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Rafael Machado Madeira

Porto Alegre

2018

Ficha Catalográfica

S586m Silva, Lucas Alberto Rosa da

Modos de internacionalização da Ciência Política brasileira /
Lucas Alberto Rosa da Silva . – 2018.

99 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira.

1. Ciência Política. 2. internacionalização. 3. docente. I.
Madeira, Rafael Machado. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecário responsável: Marcelo Votto Texeira CRB-10/1974

Banca

Dr. Paulo Sergio Peres
PPG em Ciência Política - UFRGS

Dra. Teresa Cristina Schneider Marques
PPG em Ciências Sociais - PUCRS

PhD Rafael Machado Madeira - Orientador
PPG em Ciências Sociais - PUCRS

Agradecimentos

Agradeço à minha família pelo apoio, em especial à minha prima, Franciele da Silva Rodrigues, por ter me ajudado financeiramente para que concluísse meus estudos. Deixo reconhecimento pelo apoio ao longo deste trabalho aos colegas Maria Camila Machado Almeida, Valtair Cruz e Edison Pires. Foi de grande importância o incentivo carinhoso de Lis Michele Mazzei. Agradeço ao meu orientador pela paciência e esclarecimentos que nortearam esta dissertação.

Resumo

A obra busca analisar alguns modos de internacionalização da Ciência Política brasileira baseada em dados referentes a artigos publicados em revistas internacionais bem como a formação docente no exterior e a realização de estágios fora do Brasil. São analisadas carreiras docentes vinculados aos programas de pós-graduação em Ciência Política existentes em 2014.

Palavras-chave: Ciência Política; internacionalização; docente.

Abstract

The present dissertation paper aims at analyzing some ways of internationalization of Brazilian Political Science based on data referring to articles published in international journals as well as professor training abroad and the accomplishment of internships outside Brazil. Teaching careers linked to postgraduate programs in Political Science existing in 2014 are also analyzed.

Keywords: Political Science; internationalization; professor.

Sumário

Introdução	p.7
1. A pós-graduação e a Ciência Política	p.10
1.1. Origem do sistema brasileiro de pós-graduação	p.10
1.2. Os Planos Nacionais	p.11
1.3. A Ciência Política enquanto disciplina: surgimento e independência	p.14
1.4. A Ciência Política e seu desenvolvimento no Brasil	p.17
1.5. A Pós-graduação em Ciência Política no contexto brasileiro	p.23
2. Internacionalização da produção de artigos	p.26
2.1. Busca de parâmetros internacionais	p.26
2.2. A produção acadêmica da Ciência Política brasileira	p.27
2.3. Período das publicações e países de destino	p.37
2.4. Visibilidade e países de destino das pesquisas	p.45
3. Formação fora do Brasil	p.48
3.1. Mobilidade Internacional	p.48
3.2. A internacionalização da Pós-graduação brasileira	p.49
3.3. Parcerias internacionais	p.52
3.4. Internacionalização na formação de docentes	p.54
Considerações finais	p.71
Referências	p.76
Anexo 1	p.81
Anexo 2	p.96

Introdução

O presente trabalho procura analisar alguns modos de internacionalização envolvendo os docentes vinculados aos programas de pós-graduação. Os modos aqui analisados são publicação e formação. Em relação às publicações são analisados os docentes que publicam, a que programas são filiados, em que revistas publicam, avaliação das mesmas, período de publicação. Quanto à formação são vistos os seguintes pontos: país em que o docente realizou doutorado pleno ou sanduíche, estágio doutoral no exterior, pós-doutorado fora, percentual de formação internacional dos quadros docentes por programa e, finalmente a relação entre formação internacional e publicação internacional.

Quando se pretende dialogar academicamente com outros países é preciso se submeter a parâmetros internacionais que tornam viável o diálogo. Internacionalizar é um interesse das agências de fomento, cabe aos PPG¹ se adequarem a essas normas para conseguirem recursos junto às entidades de financiamento das pesquisas. A dissertação foi elaborada em torno da problemática de como se internacionaliza a Ciência Política brasileira e quais as consequências deste processo..

O universo da presente pesquisa consiste em duzentos e trinta e três docentes filiados aos quinze PPG de Ciência Política existentes em 2014. Para levantamento de estatísticas e índices de internacionalização foi preciso analisar o currículo *Lattes* desse grupo. As informações coletadas foram distribuídas entre variáveis em um banco de dados² elaborado no software *SPSS*. Os quinze programas de pós-graduação em Ciência Política são os que seguem:

¹ Programa(s) de pós-graduação

² Desenvolvido pelo PhD Rafael Machado Madeira em sua pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes”.

Iesp³; UFF⁴; UFG⁵; UFMG⁶; UFPA⁷; UFPE⁸; UFPeI⁹; UFPI¹⁰; UFPR¹¹; UFRGS¹³; UFSCar¹⁵; UnB¹⁶; Unicamp¹⁷; Unieuro¹⁸; USP¹⁹.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo se faz uma busca histórica sobre a pós-graduação e a Ciência Política em sua origem e independência em relação às disciplinas que dominavam o campo do saber como a Filosofia e o Direito. Tem-se como pressuposto que o desenvolvimento da disciplina no Brasil se deu na década de 1960 com a criação dos PPG da UFMG e o Iuperj.

Para compreensão da autonomia disciplinar da Ciência Política em relação às ciências que tinham domínio sobre as interpretações dos fenômenos é preciso entender como se dá a criação de uma nova ciência. Na perspectiva de Thomas Kuhn sobre a filosofia das ciências, para que nasça uma nova ciência há fases que são necessárias: fase pré-paradigmática, ciência normal, crise, revolução, nova ciência normal, nova crise e nova revolução (Chibeni)²⁰. As pesquisas de cientistas políticos, em sua maioria, são atividades de “ciência normal” (Peres, 2008) e que são voltadas à resolução de “quebra-cabeças”.

O “quebra-cabeças” consiste no estudo e nas interpretações de fenômenos de uma “ciência normal. Logo, é preciso que o detalhamento dos fatos se dê conforme técnicas e métodos da “ciência normal” (Chibeni) e os problemas empíricos metodológicos movimentam o campo do conhecimento (Peres, 2008). O campo do saber próprio da Ciência Política brasileira se desenvolveu e se estabeleceu ao longo dos anos caracterizando a fundação de uma “ciência normal” autônoma.

No segundo capítulo foi feito um levantamento das publicações dos docentes dos PPG em periódicos internacionais. Tal levantamento reflete em que nível as

³ Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Ligado a Universidade do Estado do Rio de Janeiro que compõem o antigo Iuperj.

⁴ Universidade Federal Fluminense

⁵ Universidade Federal de Goiás

⁶ Universidade Federal de Minas Gerais

⁷ Universidade Federal do Pará

⁸ Universidade Federal de Pernambuco

⁹ Universidade Federal de Pelotas

¹⁰ Universidade Federal do Piauí

¹¹ Universidade Federal do Paraná

¹³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

¹⁵ Universidade Federal de São Carlos

¹⁶ Universidade de Brasília

¹⁷ Universidade de Campinas

¹⁸ Centro Universitário Unieuro

¹⁹ Universidade de São Paulo

²⁰ <http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/structure-sintese.htm>

pesquisas de cientistas políticos vinculados aos programas da presente análise têm visibilidade internacional, em que veículos são publicadas, e para que países são destinadas. As pesquisas brasileiras ao serem publicadas em revistas internacionais permitem levar o conhecimento produzido dentro do país para o resto do mundo. Levantou-se o índice por PPG de publicações internacionais com o objetivo de ver como se distribui a produção internacional entre o corpo docente dos programas.

No terceiro capítulo se analisou a formação docente fora do Brasil e estágio de pós doutorado no exterior e se tais docentes formam um grupo seletivo na produção intelectual internacional. A formação internacional serve para trocar conhecimento e complementar os estudos. Com base nas publicações e na formação internacional foi testada a hipótese de que a produção de artigos internacionais tem relação com a formação no exterior.

1. A pós-graduação e a Ciência Política

Para melhor entendimento da modalidade pós-graduação e sua relação com a Ciência Política é feito, neste capítulo, uma breve análise histórica. O desenvolvimento da pós-graduação brasileira foi o que permitiu a internacionalização da disciplina e a qualificação docente.

1.1 Origem do sistema brasileiro de pós-graduação

O sistema de pós-graduação é a etapa de maior êxito do sistema de ensino universitário brasileiro tendo posição de destaque na América Latina e despertando a atenção dos países vizinhos (Martins, 2002). Apesar do sucesso alcançado, o sistema tem desafios a enfrentar referentes às estruturas das universidades, políticas de governo, internacionalização em curso, reconhecimento de títulos em universidades estrangeiras, especialmente na América Latina e nas barreiras regionais enfrentadas no Brasil (Moritz; Moritz; Melo, 2011).

A elaboração da pós-graduação derivou de um empreendimento coletivo complexo resultante das participações do Estado, de organismos representativos da comunidade científica, do corpo docente das instituições de ensino e pesquisas niveladas obedecendo uma série de fenômenos sociais, econômicos, políticos e acadêmicos que também contribuíram para a formação da pós (Martins, 2002). O termo “pós-graduação” aparece pela primeira vez no Artigo 71 do Estatuto da Universidade no Brasil, na década de 1940. Parcerias firmadas entre Brasil e EUA permitiram a criação de convênios entre escolas e universidades norte-americanas e brasileiras, na década de 1950, por meio do intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores (Moritz; Moritz; Melo, 2011). A LDB²¹ de 1961 fazia referência explícita aos cursos, uma vez que o artigo 69 estabelecia que nas instituições de ensino superior poderiam ser ministrados cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão ou quaisquer outros. O Artigo 69 deixava aos órgãos competentes as definições necessárias, porque elaborava uma formulação genérica do sistema (Martins, 2002).

Os cursos de pós-graduação passaram a ser caracterizados quanto à interpretação conforme a LDB. No artigo 69, *alínea* b, foi feita a separação entre os cursos de pós-graduação e especialização, aperfeiçoamento e extensão, fato que dava ao

²¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação

ensino da pós traços característicos próprios. O sistema foi dividido em duas modalidades: *stricto sensu* e *lato sensu*. O mestrado e o doutorado estavam inclusos na modalidade *stricto sensu* e tinham como objetivo cooperar para o avanço do saber, pesquisa e cultura acadêmica. Esses cursos faziam parte da gene do modelo de universidade idealizada e deveriam constituir, de forma regular e permanente, atividades bem como conferir diploma de mestre ou doutor sendo este o correspondente ao estágio mais avançado na escala dos cursos superiores. Foi atribuído ao *lato sensu* um objetivo prático, porque este conferiria certificado, diferente da *stricto sensu* que conferiria diploma. Certa flexibilidade era concedida ao permitir que os cursos de pós-graduação passassem por variações devido às peculiaridades de cada área do conhecimento e da margem de iniciativa das IES²². (Martins, 2002).

Algumas dificuldades apareceram na implantação do sistema de pós-graduação no Brasil: a escassez de instituições e a carência de professores com qualificação acadêmica adequada para oferecer tal nível de instrução por isso foram estabelecidos centros regionais de pós-graduação “*onde seriam escolhidas universidades nas quais certas áreas que já tivessem atingido a massa crítica necessária a um programa de pós-graduação*” (Martins, 2002). Devido a tal decisão, foram criados novos cursos de mestrado e doutorado nas universidades com a finalidade de formar recursos materiais, humanos e centros de pós-graduação para todas as regiões (Martins, 2002). Na década de 1980, a legislação nacional passou a estipular que os cursos de pós-graduação deveriam seguir o estilo norte-americano com uma combinação de curso, créditos, exames e uma tese e dissertação supervisionadas (Moritz; Moritz; Melo, 2011).

1.2 Os Planos Nacionais

No período 1974-1989 foram criados três PNPG²³ com a finalidade de aprimorar o sistema de pós-graduação brasileiro. Entre 1990 a 2004 não houve planejamento nacional para nortear oficialmente o desenvolvimento do setor. Somente em 2005 voltou a se ter novos planos, com o “V Plano Nacional de Pós-Graduação” relativo ao quinquênio 2005-2010 (Moritz; Moritz; Melo, 2011).

No governo do Presidente Ernesto Geisel que tinha Ney Braga como Ministro da Educação e Cultura, foi instituído o I PNPG, por meio do Decreto n° 73.411, de 4 de janeiro de 1974 (Serafim, 2004). Este PNPG foi elaborado em um contexto de

²² Instituições de Ensino Superior

²³ Plano (s) Nacional (ais) de Pós-Graduação

abundância de recursos do FNDCT²⁴ do qual a FINEP²⁵ era a Secretaria Executiva e executora de fomento tendo a Capes²⁶ e o CNPq²⁷ como seus usuários. A distribuição dos recursos permitiu a expansão dos programas com bolsas de estudos e a criação de uma grande quantidade de cursos de pós-graduação. Existiam dois eixos centrais no primeiro plano: gerar recursos humanos qualificados de nível superior para que o país pudesse se desenvolver e alavancar os setores modernos da economia e a necessidade de integração das atividades da pós-graduação dentro das universidades. A capacitação docente passou a ser algo fundamental porque o ensino superior passou a ser visto como um setor estratégico de formação de recursos humanos para os demais níveis de ensino e a sociedade, enquanto a pós-graduação estava voltada à formação de recursos humanos para o ensino superior (Martins, 2002). Nesse período a internacionalização do ensino superior e da pesquisa brasileira já apareciam mais bem delineados, porque o gene deste fenômeno se deu na década de 1970 (Paiva, [2012?]).

O II PNPG²⁸ foi elaborado no governo do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo com Esther de Figueiredo Ferraz ocupando o cargo de Ministro da Educação e Cultura (Serafim, 2004). O contexto em que se desenvolveu o II PNPG (1982-1985) coincidiu com a forte crise econômica no país implicando uma retração nos recursos de financiamento à pós-graduação. Tal fato se deu em decorrência da brusca queda do PIB²⁹ e a alta da inflação. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico esvaziou gradualmente vindo a comprometer os recursos às entidades de fomento como Capes, CNPq e FINEP passando a Capes a ser a única entidade que não recebia mais nenhum recurso proveniente do FNDCT. (Martins, 2002).

A partir do II PNPG foi consolidado o processo de avaliação que passou a ter sequenciais aprimoramentos. Tal processo era realizado por consultores científicos indicados à Capes depois de ampla consulta pelos programas das diferentes áreas de conhecimento. Os consultores que exerciam profissão de docentes nos PPG formavam o Comitê de Avaliação das áreas e tal grupo de especialistas era renovado periodicamente. A realização da avaliação pelos pares, e não pelos segmentos considerados burocráticos ligados ao Ministério da Educação dava maior legitimidade e

²⁴ Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

²⁵ Financiadora de Estudos e Projetos

²⁶ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

²⁷ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

²⁸ II Plano Nacional de Pós-Graduação

²⁹ Produto Interno Bruto

confiança na qualidade do processo de avaliação que era aplicado pela comunidade acadêmica nacional (Martins, 2002). A avaliação contribuiu para que a pós-graduação se consolidasse no último período e se expandisse por meio do fomento à pesquisa e por fundos competitivos criados pelas agências de fomento. A pós se diferenciava do ensino superior pelo fomento e pelos incentivos que recebia, algo raro no ensino superior no Brasil até então (Moritz; Moritz, Melo, 2011).

Em janeiro de 1996, a Capes começou a desenvolver o IV Plano Nacional de Pós-Graduação por meio da promoção de levantamentos e estudos que serviram de base para o novo instrumento político. Além deste Plano, estava inclusa uma série de estudos que teve como ápice a realização de um seminário nacional que contou com a participação de membros de destaque da comunidade científica, dirigentes universitários e representantes das agências e órgãos governamentais. O IV PNPG tinha como eixos norteadores: propiciar oportunidades para que o seguimento do ensino particular pudesse contribuir com a política nacional de pós-graduação, contemplar a emergência e expansão crescente das IES particulares no setor, tratar da questão de subsídios voltados ao processo de elaboração do instrumento de planejamento e definição da política nacional do sistema (Serafim, 2004).

Em fevereiro de 2010, a Capes criou a Comissão Nacional responsável pela elaboração do PNPG referente ao período 2011-2020. O projeto é uma evidência de que a pesquisa científica e tecnológica ligada à pós-graduação adquiriu gradualmente maior importância e impacto perante a sociedade brasileira. Foram incontestáveis as contribuições advindas do conhecimento científico gerado no âmbito das redes de pesquisa para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil (Moritz; Moritz; Melo, 2011).

A construção de um amplo sistema de bolsas no país e no exterior foi possibilitada graças às ações implementadas pelos PNPG, decorrente disto houve uma maior capacitação do quadro docente brasileiro e seus pesquisadores se somando a isto uma política elaborada para dar auxílio financeiro aos programas de pós-graduação. Foi permitido um melhor diálogo entre a Capes e a comunidade acadêmica por meio das recomendações dos Planos ao criar e ampliar comissões de consultores para apreciar e avaliar as solicitações dos PPG (Martins, 2002). O PNPG 2011-2020 é visto como o aperfeiçoamento de todos os PNPG anteriores. A partir deste Plano a internacionalização é tratada de um modo especial sendo este o único PNPG que dedica um capítulo para a internacionalização da pós-graduação e apresenta dados sobre

como o Brasil tem reagido a este fenômeno (Paiva, [2012?]). A crescente autonomia da Ciência Política no Brasil tem relação com a criação de um sistema nacional de pós-graduação, previsto em 1968 pela Reforma Universitária e o projeto de “modernização” do sistema universitário e científico durante o Regime Militar.

1.3 A Ciência Política enquanto disciplina: surgimento e independência

A Ciência Política, como disciplina acadêmica, busca descrever, analisar e explicar sistematicamente a tomada de decisões que refletem sobre o coletivo junto com os valores e pontos de vista que surgem a partir destas (Bulcourf e Vazquez, 2012). A discussão da política nasceu na Grécia antiga e se originou nos debates dos filósofos. O pensamento político e a Filosofia tiveram surgimento na mesma época e no mesmo lugar (Araújo e Reis, 2005).

A Filosofia tinha como pilar o estudo de todo e qualquer saber especulativo fundado na metafísica e esta própria filosofia era o conhecimento que diferenciava das “artes” ou “técnicas” que eram vistas como um conhecimento inferior. A Política transitava entre ambos os terrenos, ora vista como ciência “prática”, particularmente entre os que faziam reflexões filosóficas, ora como “arte” para os praticantes instruídos da Política (Araújo e Reis, 2005). A política, segundo Bulcourf e Vazquez, é atividade relacionada ao poder e sua retenção que tem como ápice a tomada de decisões que refletem sobre o coletivo, separadamente da religião (Bulcourf e Vazquez, 2012).

O interesse dos gregos pela *polis* e o que era considerado público eram temas do pensamento político dos filósofos. Ainda não estava constituída a Ciência Política como é hoje. Não se podia falar em Ciência Política na Grécia antiga sem elencar a questão sobre a participação dos cidadãos na democracia grega (Araújo e Reis, 2005). Tudo girava em torno das cidades-Estado, *polis*. Os cidadãos viviam para a *polis*, uma vez que viam que o bem desta era a finalidade de suas vidas. A pior punição que um grego poderia receber não era a pena de morte, mas sim o ostracismo, o exílio (Bulcourf e Vazquez, 2012).

Quanto à emancipação da Ciência Política, há o debate sobre o que é ciência moderna. O termo ciência parte do pressuposto de um conhecimento específico sistemático relacionado a uma parte da realidade social. Por muitas vezes o fazer ciência, no imaginário das pessoas, é relacionado com o ideal de um cientista de avental

branco, em um laboratório, fazendo seus experimentos, lembrança que remete às ciências naturais (Bulcourf e Vazquez, 2012). Com o passar do tempo a Filosofia foi perdendo sua autoridade sobre os demais campos dos saberes. Esta perda de autoridade se deu de maneira diretamente proporcional ao avanço da revolução científica originada no século XVII (Araújo e Reis, 2005). Pode-se dizer que a partir desta revolução, diversos campos de conhecimento se tornaram autônomos em relação ao pensamento filosófico ocorrendo uma revolução no campo do saber na perspectiva de Thomas Kuhn. Isto permitiu a libertação da Política em relação à ótica da Filosofia. Bulcourf e Vazquez definem ciência como uma atividade humana que tem como finalidade a produção de conhecimento. Por meio desta e das leis criadas a partir dela é possível prever quando e em que condições voltarão a ocorrer os fenômenos estudados. Diferente das ciências naturais que são vistas como confiáveis por terem leis rígidas, as Ciências Humanas são vistas como duvidosas por terem leis mais brandas. As ciências sociais estudam o homem; no caso da Sociologia, o homem e seu comportamento em relação aos outros em um marco social, na Antropologia, a cultura humana, na Economia, os recursos e subsistência do homem e na Ciência Política, o poder e a organização hierárquica da decisão coletiva de uma sociedade (Bulcourf e Vazquez, 2012).

Segundo Araújo e Reis, com o advento das ciências ocorreu uma fragmentação do conhecimento. Os primeiros esforços de romper a Política com a tutela da Filosofia se baseavam em três eixos: o ancestral estudo tipológico das formas de governo e suas competências, o Direito e a Economia. Esses eixos distanciaram a política da Filosofia não ocasionando um rompimento total, como exemplo disto se pode citar uma das principais obras de política do século XVIII, o *Contrato Social* de Rousseau. Entretanto, “o acontecimento crucial para o destino posterior do estudo da Política foi o advento das Ciências Sociais” (Araújo e Reis, 2005). Após o rompimento com a Filosofia, a Ciência Política se vê presa ao Direito. Nos séculos XIX e XX ocorreu sua emancipação em relação ao Direito. Além da separação do Direito, nesta época se começou a fazer uma distinção entre Ciência Política e Sociologia. (Bulcourf e Vazquez, 2012).

A disciplina teve seu surgimento nos EUA. Desde então, a história da mesma passou a ser contada segundo a perspectiva norte-americana. Isto se deve ao surgimento de uma forte tradição de estudos sobre o desenvolvimento dessa área nos EUA

(Mörschbacher; Maglia; Peres, 2016). A origem de um campo profissional para a Ciência Política se deu no mundo Anglo-Saxão. Foram criadas cátedras de estudos políticos, centros de investigações e as comunidades de profissionais que passaram a atuar como politólogos. Este cenário favorável permitiu a realização de investigações empíricas decorrendo destas a publicação de livros, criação de revistas e uma troca de conhecimentos através de intercâmbio (Bulcourf e Vazquez, 2012), o que marca o início da internacionalização da área.

A Ciência Política de meados do séc. XX enfrentou um dilema: ou se tornava uma filial da Sociologia, ou buscava sua autonomia em sua produção de conhecimento. Os cientistas políticos partiram em busca de objetos de pesquisa como partidos, parlamentos, gabinetes governamentais, eleitorado (Araújo e Reis, 2005). Há vários modos de produzir conhecimento na área, uma vez que esta tem por objetivo produzir conhecimentos que são classificados como “políticos”, fato que se reflete na pós-graduação (Araújo e Reis, 2005). Em conformidade com Bulcourf e Vazquez, a Ciência Política como atividade humana, tem poder de interpretação em diferentes marcos institucionais, em regiões geográficas distantes e em situações sócio-econômicas distintas. Estas interpretações se dão por intermédio de uma rede de discursos que trazem o ponto de gravidade para a discussão (Bulcourf e Vazquez, 2012). O desenvolvimento da disciplina foi acompanhado nas primeiras décadas do século XX pelas abordagens do institucionalismo e do comportamentalismo. Decorrente das transformações que a disciplina passou ao longo do tempo, a abordagem hegemônica atual é o neo-institucionalismo. As instituições têm o papel central na análise neo-institucionalista e são fundamentais para a resolução de qualquer “quebra-cabeça” empírico e metodológico (Peres, 2008)

Nos países onde o regime democrático é exercido há mais tempo, onde há uma democracia estabilizada que não sofreu interferência de outros regimes, nestes há um aumento expressivo de requerimentos de pesquisa para a Ciência Política, o que não se repete em países em que a democracia não teve o mesmo sucesso. Logo, o desenvolvimento regional da disciplina está relacionado ao tipo de regime político existente. Os países em que a democracia foi bem sucedida e persiste há tempo permitem o desempenho de qualquer atividade científica, o que conseqüentemente se estende à Ciência Política. No mundo Anglo-Saxão há uma maior demanda para a prática nessa área e em países como a França houve, nas últimas décadas a

profissionalização e procura de politólogos em diferentes setores da administração pública. O conhecimento político está cada vez mais se expandindo além de suas limitações históricas tradicionais: atividades como assessoria e investigação estão sendo exercidas fortemente em organismos internacionais, por exemplo. Tal fato beneficia os cientistas políticos e abre espaços que anteriormente não eram vistos como possíveis ambientes de prática profissional (Bulcourf e Vazquez, 2012).

1.4 A Ciência Política e seu desenvolvimento no Brasil

A disciplina teve seus primeiros fundamentos em meados da década de 1930 por meio dos debates políticos levantados pelos intelectuais franceses na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (Quirino, 1994). Essa denominada “escola paulista de sociologia” declinou na década de 1960 devido às cassações no Regime Militar. Em busca de parâmetros modernos de cientificidade, o grupo de cientistas políticos mineiros e cariocas recusava as referências acadêmicas da escola paulista (Keinert e Silva, 2010). Vê-se que a busca por novas formas de interpretação e métodos levou à autonomia da disciplina no Brasil com a criação dos departamentos da UFMG e IUPERJ. A disciplina se tornou independente e passou a ser uma “ciência normal” na perspectiva de Thomas Kuhn. Referindo Lamounier, Nicolau e Oliveira explicam que a Ciência Política no Brasil se desenvolveu como disciplina a partir da criação dos primeiros programas de pós-graduação específicos da área, mas que sua gênese data de um período muito anterior. A análise política do país se inicia antes da década de 1920, período em que se estabeleceram as universidades no Brasil; já existia, portanto, uma tradição de estudos sobre a análise da vida política no país, porém esses cientistas não faziam parte de uma comunidade acadêmica, eram intelectuais isolados. (Nicolau e Oliveira, 2013).

A disciplina de forma autônoma se originou de um grupo formado em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. A reflexão destes estudiosos se baseava em duas questões: a emergência do Regime Militar e a recomposição do Regime Democrático no Brasil. O termo “Ciência Política” como designação de um campo disciplinar é um sinal expressivo da lógica que redefiniu os traços identitários de uma área de estudos designada anteriormente pelo termo “Política” atribuindo-lhe um caráter intelectual (Keinert e Silva, 2010). A busca de “autonomia do político” fez com que investigadores

de distintas convicções ideológicas e metodológicas se unissem para combater os que não creditavam um estatuto ontológico próprio à Ciência Política e os que a subordinavam às análises de política e exegese de leis (Neto e Santos, 2005). A construção da autonomia, investigação própria de objetos específicos da área, foi iniciada pelo grupo de mineiros e cariocas. Segundo Leite:

A Ciência Política inicia sua institucionalização a partir da década de 1970 com as ações levadas a cabo pelo ‘grupo’ de mineiros e cariocas do “eixo” UFMG-IUPERJ que, inseridos naquele processo geral de valorização do “político” são pioneiros na criação de espaços institucionais e acadêmicos dedicados especificamente à Ciência Política. Forma-se, assim, um campo *institucionalizado* de Ciência Política em torno de um grupo *interessado* na autonomia institucional e cultural dessa disciplina, que não se vincula a ela somente por empatia de objeto e que defende (1) a pesquisa empírica com proeminência quantitativa, (2) a institucionalização de um conjunto de práticas e disposições científicas e, em menor grau, (3) a autonomia do “político”, geralmente da política institucional. (LEITE, 2010. p.10).

Referindo Marenco, Neto e Santos citam que o desenvolvimento do campo da disciplina no Brasil resultou de dois fatores: expansão de indicadores de profissionalização e a criação de um sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, criado em meados dos anos 1980, pelo Ministério da Educação, tal aferição era realizada com critérios estabelecidos pela entidade avaliadora que hierarquizava os programas da área e, conforme a nota, permitia que se destinassem recursos financeiros aos mesmos para fins de atividade acadêmica (Neto e Santos, 2015). Para Leite e Codato o desenrolar de uma disciplina apresenta os seguintes pontos norteadores: 1) quantidade de PPG específicos nesta área de conhecimento; 2) quantidade de mestres e doutores formados nestes programas; 3) número de periódicos especializados na área; 4) surgimento de entidades de representação acadêmica e eventos para troca de ideias entre estudantes e profissionais da área (Leite e Codato, 2013). Referindo Lamounier, Nicolau e Oliveira apontam que a Ciência Política no Brasil é consequência de dois fatores: 1) existência da tradição de um pensamento político, o que possibilitou que a disciplina tivesse reconhecimento e autonomia no Regime Militar; 2) expansão quantitativa da pós-graduação e consequente aperfeiçoamento dos centros de pesquisa e ensino. Os mesmos autores fazem referência a Forjaz concordando que a fundamentação da disciplina é resultante da atuação das agências de fomento à

pesquisa, agências nacionais como a FINEP e internacionais como a Fundação Ford (Nicolau e Oliveira, 2013).

No tocante à atuação do cientista político, a grande maioria inicia e segue carreira como professor universitário e geralmente exerce atividade em outro centro de pesquisa. A partir da década de 1990 surgiram novas oportunidades de atuação para os cientistas políticos em empresas de consultoria, ONG, setor público e Poder Executivo nas esferas federal, estadual e municipal. A carreira universitária apresenta restrições: como os departamentos e programas de pós-graduação da área não estão se expandindo de maneira significativa, os cientistas políticos passam a trabalhar em departamentos de Economia, Direito, Trabalho Social, Comunicação, História e disciplinas relacionadas (Neto e Santos, 2005).

O desenvolvimento da Ciência Política brasileira se deu em um processo muito lento até meados de 1980 sendo mais acelerado a partir da década de 1990 (Leite, 2010). Segundo Mörshbächer, Maglia e Peres, o desenvolvimento da disciplina foi possível graças à criação das instituições UFMG e IUPERJ criadas para seu desenvolvimento e foram estas que promoveram os primeiros programas de pós-graduação na área. A partir daí a formação da área de Ciência Política virou tema de debate entre autores há mais de três décadas (Mörshbächer; Maglia; Peres, 2016). O papel pioneiro destas instituições foi o de permitir a implantação de um ramo suficientemente autônomo do saber acadêmico (Tavares e Oliveira, 2016).

Alguns autores entendem que o desenvolvimento da Ciência Política no Brasil foi completado graças à refundação da ABCP³⁰, entidade científica própria, que em 1996 contava com aproximadamente 350 cientistas políticos afiliados (Almeida, 2005). A expansão da Associação foi processo fundamental para o andamento da disciplina (Madeira e Marengo, 2016). A criação da entidade na década de 1980 foi importante para a área, porque criou um espaço de debate para os cientistas políticos que na Anpocs³¹ não conseguiam diálogo sobre seus temas de estudos com os sociólogos e antropólogos. Em certo período a Associação perdeu sua visibilidade no cenário em que a Anpocs era a protagonista (Neto e Santos, 2015). Segundo Leite e Codato a entidade foi fundada em 1986, mas realizou seu primeiro congresso em 1996, fato que

³⁰ Associação Brasileira de Ciência Política

³¹ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

estabeleceu importante marco para a Ciência Política brasileira após a atuação da UFMG e do Iuperj e expansão da pós-graduação para a USP, UFRGS e outras universidades (Leite e Codato, 2013). A entidade se tornou um fórum permanente contribuindo assim para o crescimento da disciplina no Brasil, uma vez que doutores recém-titulados entravam no mercado acadêmico possibilitando aumento de pesquisas e textos publicados por cientistas políticos (Nicolau e Oliveira, 2013). A participação crescente destes na formulação de política científica brasileira ocupando postos de liderança na Anpocs foi fator importante para a expansão da Ciência Política brasileira (Neto e Santos, 2005).

Leite e Codato mostram que a disciplina, desde os anos 2000, tem passado por um processo rápido de reorganização e autonomia o que pode ser visto em duas dimensões: institucional e teórico-metodológica. Na questão institucional estão fatores como: 1) a criação crescente de novos PPG de Ciência Política; 2) surgimento de novos periódicos especializados em temas da área; 3) expansão e estabilidade da ABCP como legítima entidade representativa dos cientistas políticos brasileiros. Na questão teórico-metodológica a autonomia representa o desenvolvimento de teorias, metodologias e abordagens específicas da área de conhecimento. O desenvolvimento do novo campo de conhecimento tem aspectos como classificação e hierarquização no tocante ao poder e prestígio de todos os elementos que compõem o saber como, por exemplo, os agentes, as instituições e ideias (Leite e Codato, 2013).

No contexto da Guerra Fria os EUA decidiram investir em instituições acadêmicas a fim de barrar a influência comunista em países latinos (Keinert e Silva, 2010). O investimento estava restrito, inicialmente, às áreas de Economia e Administração entretanto, esse se expandiu a outras áreas. Nesta ampliação as Ciências Sociais tiveram prioridade porque figuravam como instrumentos de uma nova “engenharia social” no processo de modernização. Decorrente disto, a Ciência Política viria a assumir uma posição estratégica tendo em vista seu potencial de pautar a elaboração de políticas públicas. A demanda por cientificidade implicava a assimilação de métodos e técnicas quantitativos para a compreensão da dinâmica do sistema político. A valorização do aparato metodológico pode ser dimensionada se tendo em vista a centralidade que o *survey* adquiriu no âmbito das pesquisas políticas (Keinert e Silva, 2010). A Ciência Política brasileira sofreu forte influência do pensamento norte-americano, isto talvez aconteça ainda nos dias de hoje porque os EUA estão num

patamar inatingível em relação a outros países em termos de número de programas, número de investigadores e publicações (Neto e Santos, 2005). Esta influência norte-americana era inevitável dado que a Ciência Política se constituiu como disciplina originariamente nos EUA e muitos cientistas políticos dos programas pioneiros realizavam os estudos de mestrado e doutorado nesse país (Nicolau e Oliveira, 2013). Os pesquisadores que iam estudar nos EUA traziam novidades de referências e interpretações em relação à história política do Brasil. As viagens aos EUA permitiram a aliança entre mineiros e cariocas porque “*conformaram as bases de uma mesma mentalidade profissional*” (Keinert e Silva, 2010) O apoio da Fundação Ford não era visto com bons olhos em sua totalidade, pois este “*apoio da Fundação Ford a constituição da Ciência Política como disciplina específica e a incursão de um modelo “empirista de ciência social eram vistos por grande parte do campo como “imperialismo” norte-americano*” (Leite, 2010).

No período em que cientistas políticos estavam indo para os EUA complementarem seus estudos de doutorado, entre os anos 1960 e 1970, estava ocorrendo uma mudança de pensamento dentro da área. O método quantitativo e a estatística são consequências dessa nova vertente de pensamento e influenciou a geração de pesquisadores estrangeiros que iam estudar nos EUA (Peres, 2008). Ao retornarem os brasileiros aplicavam tais técnicas em suas pesquisas e nos currículos dos programas. A metodologia quantitativa, além de ser um marco, passou a ser a forma de rivalizar com os paulistas porque mineiros e cariocas não encontravam nas interpretações paulistas o padrão de cientificidade aprendido nos EUA (Keinert e Silva, 2010). Este país passou a concentrar a intenção de internacionalização dos cientistas políticos brasileiros (Madeira e Marengo, 2016).

Peter Bell, representante da Fundação Ford no Brasil, encontrou na cidade de Belo Horizonte, em 1964, um grupo de cientistas sociais com disposições que pareciam se ajustar ao perfil intelectual que a agência pretendia estimular. O experimento de socialização acadêmica no âmbito da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas (Face), criada em 1941, posteriormente incorporada à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi “*onde o curso de Sociologia e Política havia sido implantado em 1953, moldou um tipo de visão de mundo que se mostraria suscetível aos reclamos por uma ciência política mais especializada e aplicada*” (Keinert e Silva, 2010).

A criação da Face foi viabilizada por uma rede que envolvia empresários, técnicos do alto escalão governamental e políticos de envergadura nacional. Um dos objetivos almejados pela faculdade era superar a situação de defasagem da economia mineira, o que colocava na ordem do dia a formação de profissionais capacitados para lidarem com tarefas de gestão pública e privada. O fato das Ciências Sociais serem inseridas em uma faculdade de administração e economia representou uma significativa inovação face ao formato institucional mais difundido nas inserções daquelas disciplinas nas faculdades de filosofia, conforme atestado nos casos paulista e fluminense. A vocação intervencionista da Faculdade incidiu diretamente na forma e organização do Curso de Sociologia e Política direcionando o mesmo à formação de quadros para a burocracia pública mineira (Keinert e Silva, 2010).

Em relação à capacitação de pessoal técnico para atuação na esfera governamental, as Ciências Sociais não escaparam da influência decisiva das áreas do Direito, Economia e Administração que compunham a estrutura curricular do curso atribuindo-lhe um perfil substantivamente diverso. A interação com outras disciplinas tinha relação com os interesses dos cientistas políticos mineiros por aspectos político-institucionais da vida social, a partir dos quais seria montado um leque temático de pesquisas (Keinert e Silva, 2010).

O problema da ausência de um corpo de professores especializado em Ciências Sociais foi contornado com a introdução de inovações organizacionais com vistas a dotar a própria faculdade das condições necessárias à capacitação e reprodução de seu quadro docente. O fato mais notório foi a implantação de um sistema hierarquizado de bolsas de estudos dirigidas ao corpo discente com exigência de dedicação integral, auxílio às atividades didáticas e apresentação de monografias ao final do curso. Este sistema de bolsas criou dois segmentos entre os alunos: de um lado os alunos “regulares” e, de outro a “elite”. Os “regulares”, após diplomados, se lançariam aos postos abertos do mercado profissional, enquanto os da “elite” figuravam como alunos bolsistas e candidatos potenciais para integrar o quadro permanente da instituição (Keinert e Silva, 2010).

O sistema de bolsas e a dedicação integral vivenciados no período da graduação explicitaram muito sobre o universo mental em meio ao qual o grupo geracional se formou. Este regime de estudos forneceu as condições tanto para o

amadurecimento de uma concepção profissional da vida acadêmica, como para a modelagem de um tipo de ambição na carreira sendo as noções de “elite” e “excelência” constantemente evocadas (Keinert e Silva, 2010).

O financiamento de estudos desempenhou um papel importante na composição de um grupo coeso no que tange ao padrão de carreira. No início, a ausência de um currículo centrado nas disciplinas atinentes às Ciências Sociais obrigava os diplomados do Curso de Sociologia e Política a complementarem sua formação em outros centros intelectuais como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), no Chile, e nas universidades norte-americanas. A Flacso era vista como uma portadora do pensamento norte-americano (Keinert e Silva, 2010) que influenciava os cientistas políticos que iam estudar em Santiago porque o corpo docente era simpático às teorias norte-americanas.

1.5 A Pós-graduação em Ciência Política no contexto brasileiro

Nos últimos quinze anos o sistema nacional de pós-graduação brasileiro teve um expressivo desenvolvimento (Madeira e Marengo, 2016). No séc. XXI a Ciência Política brasileira apresentou uma expansão como efeito de sua crescente afirmação epistêmica e desenvolvimento, somado a isto, um contexto favorável a publicações de pesquisas e reflexões da área (Tavares e Oliveira, 2016).

A Ciência Política brasileira se materializa na pós-graduação porque na graduação ela ainda está vinculada às Ciências Sociais, apesar da existência de cursos de bacharel em Ciência Política, 12 cursos atualmente (Mörschbacher; Maglia; Peres, 2016). Em países como Argentina e México a introdução da disciplina se deu por meio de carreiras de graduação. No caso brasileiro o desenvolvimento se deu pela pós-graduação (Madeira e Marengo, 2016). Tavares e Oliveira apontam que em relação à dimensão institucional da expansão, havia no Brasil 43 PPG *stricto sensu* na área de Ciência Política e Relações Internacionais, destes, 24 tiveram as atividades iniciadas no ano de 2010 (Tavares e Oliveira, 2016).

Quando os dois programas pioneiros: UFMG e IUPERJ foram criados, a Ciência Política brasileira tinha como missão contribuir para a democratização do país; por este motivo houve união de esforços acadêmicos entre pesquisadores de diferentes pensamentos ideológicos e metodológicos e a disciplina passou a dialogar com um

público mais amplo que o universitário (Neto e Santos, 2015). Novos programas foram criados na década de 1970, como o mestrado da UFRGS em 1973 e mestrado e doutorado na USP em 1980. Na década seguinte foram fundados os mestrados da UFPE em 1982, da Unicamp em 1984, da UnB em 1984 e o mestrado em Sociologia Política na UFSC³² no mesmo ano. Na década de 1990 surgem programas interdisciplinares como o programa de Antropologia e Ciência Política da UFF em 1994; em 1999 surge o doutorado em Sociologia e Ciência Política na UFMG e o doutorado em Sociologia Política na UFSC. Também na década de 1990 houve uma ampliação no PPG da UFRGS que passou a oferecer doutorado em Ciência Política (Leite e Codato, 2013).

As transformações e alterações de perfis, organizações e práticas acadêmicas no Brasil foi o contexto em que se situou o processo de construção da Ciência Política como disciplina autônoma. (Keinert e Silva, 2010). O fluxo de mineiros e cariocas que foram para os EUA realizar seus cursos de doutorado causou aproximação dos pesquisadores brasileiros com o pensamento norte-americano trazendo consequências para os enfoques dados pelos cientistas políticos brasileiros à análise de conjuntura política (Nicolau e Oliveira, 2013).

A Ciência Política juntamente com a Antropologia começaram a marcar terreno no campo acadêmico neutralizando, de certa forma, o jogo de forças que era até então amplamente favorável à Sociologia (Keinert e Silva, 2010). Um dos problemas que a área tem, ainda hoje, que enfrentar é a escassez de recursos para criação de novos departamentos, o que impede a ampliação da presença desta na vida científica e universitária do país acarretando limitações de oportunidade aos jovens que têm expectativa de seguir uma carreira na Ciência Política (Neto e Santos, 2005). Conforme Neto e Santos, a Ciência Política brasileira tinha alguns desafios a enfrentar: 1) ampliar as ofertas na pós-graduação com a criação de novos PPG; 2) consolidar o ensino de metodologia e pesquisa modernizando a utilização de instrumentos estatísticos e análise formal; 3) melhorar a formação dos estudantes graduados em Ciências Sociais, uma vez que estes têm como alvo a pós-graduação na área (Neto e Santos, 2005). Estes desafios constavam nos dados até 2005, porém muitos destes já foram superados nos últimos dez anos. Houve nos últimos anos ações coletivas promovidas por cientistas políticos brasileiros para fortalecimento esta comunidade acadêmica, somado a isto o fomento de

³² Universidade Federal de Santa Catarina

entidades por meio da liberação de recursos à pesquisa, expansão e criação de novos departamentos de Ciência Política (Neto e Santos, 2015).

A breve análise histórica realizada neste capítulo permite ter uma compreensão em relação ao início da internacionalização da pós-graduação e a autonomia da Ciência Política em relação às demais ciências. A autonomia da área de conhecimento da Ciência Política no Brasil se deu entre 1965 e 1969 com a criação dos primeiros programas da área. Ao longo dos anos novos programas foram criados e a disciplina vem se internacionalizando com publicações em revistas internacionais, formação e atuação de docentes no exterior. A produção de artigos que são publicados em periódicos internacionais é importante para o desenvolvimento e reconhecimento das pesquisas de brasileiros no exterior. Como se deu este modo de internacionalização é o próximo ponto a ser analisado.

2 Internacionalização da produção de artigos

O desafio da internacionalização da produção tem sido superado por muitos pesquisadores vinculados aos programas da área. Onde são publicadas estas pesquisas é um ponto importante a ser mapeado para conhecimento de destinos e revistas. O texto a seguir busca mapear e detalhar a produção internacional da disciplina relacionando-a aos PPG. O período das publicações analisadas data do ano de 1975 a 2014. São analisados todos os artigos publicados em periódicos internacionais pelos docentes atualmente vinculados aos programas analisados.

2.1 Busca de parâmetros internacionais

Desde a década de 1960 as universidades têm se ajustado a parâmetros internacionais. Reconhecido mundialmente como um serviço, o ensino foi submetido ao diálogo transnacional (Morosini, 2006). Para entrar nessa rede de diálogo cada país deve adequar sua produção intelectual aos padrões exigidos.

As distinções hierárquicas entre os países permanecem apesar do diálogo. Há uma correlação de forças que impacta a veiculação de conhecimento produzido nos diferentes países (Madeira e Marengo, 2016). Isso aparece nas barreiras que brasileiros encontram para publicar em determinados países e revistas. Por vezes um país visto como subdesenvolvido, em posição de subordinação na hierarquia, não consegue publicar em determinados veículos de comunicação de países considerados desenvolvidos. Algumas revistas estrangeiras se fecham para pesquisadores oriundos de seus próprios países (Soares, 2005), apesar das iniciativas e esforços de internacionalização alguns periódicos apresentam elevadíssimo grau de endogenia em suas publicações (Madeira e Marengo, 2016).

É importante ressaltar que a internacionalização da academia brasileira é interesse das agências de fomento e é um fenômeno recente. Um dos pontos de avaliação da Capes em relação à produção técnica na área de Ciência Política é a abrangência da produção, se nacional ou internacional (Capes, 2017). Os critérios relacionados às avaliações dos programas estão diretamente ligados às carreiras dos docentes. Internacionalizar a produção passou a ser uma exigência e ganha peso distinto da local. O PNPG atual busca examinar a produção intelectual quanto à presença internacional do que é produzido no Brasil e estabelecer parcerias internacionais em relação às publicações (Paiva, [2012?]). Em relação ao PNPG a internacionalização da produção é vista conforme seu impacto e visibilidade junto à comunidade acadêmica

internacional que é mensurada por indicadores internacionais (Madeira e Marenco, 2016). Os docentes com produção internacionalizada podem ter mais prestígio em relação aos que ainda não alcançaram este patamar.

As agências de fomento exercem poder sobre os PPG. Estabelece-se uma teia que prende o programa à entidade de fomento e o docente ao mesmo. A avaliação do programa em que exerce sua atividade depende, dentre outros fatores, da produção intelectual do docente. Este é um dos fatores que pode modificar o Conceito do programa na avaliação, logo, quanto à produção os docentes são “agentes”. Se a produção internacional tem um peso distinto, os docentes que não têm a mesma são desafiados a alcançá-la. No universo estudado há uma mínima diferença entre os que conseguiram internacionalizar suas pesquisas (52%) e os que ainda não tiveram este êxito (48%). Internacionalizar a produção é um desafio que deve ser superado por todos os pesquisadores.

2.2 A produção acadêmica da Ciência Política brasileira

Neto e Santos afirmam que é preciso fortalecer a Ciência Política com o ensino mais aprofundado de metodologia nos cursos de pós-graduação, já que se consolidou o uso de métodos estatísticos de forma sistemática e sofisticada entre os cientistas políticos brasileiros (Neto e Santos, 2015), consequência da visão neoinstitucionalista (Peres, 2008). Faz-se uma discussão sobre os norte-americanos serem matemáticos em suas análises e os brasileiros não terem conhecimentos profundos de metodologia quantitativa, um dos motivos que fecha portas para publicações brasileiras em alguns periódicos estrangeiros (Soares, 2005).

Os periódicos acadêmicos são de fundamental importância para a disseminação de conhecimento científico. Além de contribuírem para proliferação de conhecimento, realizam, também uma espécie de certificação somada ao mérito acadêmico. Isto se refere à posição no *ranking* de avaliação em que o periódico se encontra. O sistema de avaliação de periódicos da Capes tem juízo de pares e critérios suficientemente objetivos que são aceitos pela comunidade acadêmica brasileira. O Sistema *Qualis* é visto como um dos principais fatores que, em paralelo à expansão e desenvolvimento da disciplina, orienta o processo de autonomia da mesma, que aponta

para aprimoramento de independência intelectual da produção da área (Leite e Codato, 2013).

Não há uma perfeita definição de categorias nos periódicos referentes ao fato de serem de “Ciência Política”, “Relações Internacionais” ou “Administração Pública”. Por este motivo, alguns cientistas políticos publicam em alguns jornais que consideram ser de Ciência Política, mas o ISI (*Institute for Scientific Information*), responsável pelo *ISI Journal Citation Reports*, por exemplo, não considera estes jornais como de Ciência Política (Barboza; Barberia e Godoy, 2016). No caso do Brasil, pelo fato da Ciência Política estar dentro da mesma área de avaliação das Relações Internacionais, essa distinção se torna mais difícil parecendo haver uma indissociabilidade entre ambas. Como consequência das publicações de cientistas políticos em veículos de comunicação que consideram como sendo de “Ciência Política” quando na verdade não o são, surgem fatores de impacto distorcidos. Segue ilustração abaixo:

Tabela 1- Principais periódicos das publicações por PPG de 1975-2014:

PPG- n publicações	Principais periódicos	N artigos	% das publicações
UFF- 9	Não	0	0
UFPEl- 3	Não	0	0
UFPA- 3	Não	0	0
UFPI- 0	Não tem publicação internacional	0	0
UFG-3	Não	0	0
Unieuro- 16	Não	0	0
USP- 68	Nueva Sociedad	3	4
	World Political Science Review	3	4
	Latin American Perspectives	3	4
	Revue Internationale de Sociologie	3	4
	Equipo Federal del Trabajo	3	4
	Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales	3	4
	International Journal of Urban and Regional Research	4	6
	Revista Mexicana de Sociología	4	6
	Tópicos	4	6
	UFMG-49	Revista de Ciencia Política	3
Latin American Research Review		3	6
América Latina Hoy		3	6
Revista Latinoamericana de Opinión Pública		3	6
		3	6
Unicamp- 53	Lusotopie	3	6

	Pensamiento Propio	3	6
	Marx Ahora	5	9
	Latin American Perspectives	8	15
UFRGS- 49	Política	3	6
	Temas y Debates	3	6
	América Latina Hoy	4	8
UnB- 51	Legislative Studies Quarterly	3	6
	Latin American Perspectives	3	6
	Electoral Studies	3	6
IESP- 44	Cahiers des Amériques Latines	3	7
UFPE- 36	International Political Science Review	4	11
UFPR- 14	Herramienta	3	21
UFSCar- 20	Latin American Perspectives	5	25
Total		95	

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discente”.

As publicações internacionais dos docentes se distribuem em diferentes revistas (ver anexo 1) chegando perto de duzentos periódicos de diferentes nacionalidades. Selecionou-se as principais revistas (com três (3) ou mais publicações) que receberam artigos dos docentes. Alguns programas não atingiram concentração de publicações em um mesmo periódico, mas distribuíram de forma mais equitativa suas publicações. A única entidade que não tinha publicação internacional (artigos) quando os dados foram coletados é a UFPI. Os programas UFSCar, USP, Unicamp e UnB têm concentrações das publicações de seu corpo docente em um mesmo veículo, a revista “*Latin American Perspectives*”, um periódico dos EUA. O IESP, que tem um número considerável de publicações, apresenta concentração em somente um veículo. Três programas da região Sudeste publicam em um mesmo periódico, o que indica praticamente uma parceria na região superando a exclusividade de programas sobre uma revista.

As publicações de distintos PPG em um mesmo periódico podem ser um indicativo de semelhança em relação à linha de pesquisa e metodologia utilizada pelos docentes que publicam nessas revistas. Como a produção internacional do corpo docente de cada programa varia em relação ao número de artigos publicados, em uns a concentração em periódicos terá mais peso que em outros. O IESP tem uma produção maior que o dobro da UFSCar, ambos concentram parte de sua produção em apenas um

periódico, mas os percentuais de relevância diferem entre ambos. No caso do IESP há menos de um décimo de sua produção concentrada, enquanto na UFSCar um quarto de sua produção é concentrada em uma revista. Quanto maior a produção do PPG, nos casos analisados, menor será o percentual de concentração em alguns veículos. Quanto menor a produção maior é a relevância da concentração. Esta concentração se dá de forma equitativa entre as quatro revistas. Em casos de programas com uma produção menor, o percentual elevado de concentração em um veículo pode ser indicativo de poucas parcerias e convênios com o PPG, além da distinta escolha de onde publicar os artigos. Programas como UFG, UFPel e UFPA não têm concentração de artigos em um mesmo veículo, logo, conseguem distribuir seus artigos em diferentes meios. Estas têm as menores produções (três (3) em cada uma) o que torna menos notória a distribuição de seus artigos. A UFF já tem o triplo da produção destas, então, sua distribuição é mais relevante.

A Unicamp tem mais de um quarto de sua produção (31%) em quatro periódicos, sendo um destes com a taxa mais elevada, acima de um décimo da produção total do PPG. A USP é a universidade que tem a maior produção de artigos e também a maior concentração (42%) de sua produção distribuída entre nove revistas. A distribuição entre as revistas se dá de maneira muito próxima não ocorrendo grande distanciamento em termos percentuais. A UFRGS tem a mesma produção da UFMG e concentra um quinto de sua produção (20%) em três revistas com percentuais sem muita diferença. A UFPR tem mais de um quinto (21%) de sua produção concentrada em um veículo. Das instituições que têm acima de trinta artigos, a UFPE tem o menor percentual de concentração (11%), pouco mais que um décimo de sua produção concentrada em uma revista. A UnB é um dos programas com maior número de artigos e concentra pouco de sua produção (18%) em três periódicos. O programa com maior percentual de concentração de artigos publicados é a USP sendo também o PPG que mais concentrou em maior variedade de revistas.

A produção dos docentes, vinculados aos PPG analisados, no período consultado das publicações, consiste em 418 artigos. Os artigos podem ter sido escritos antes do ingresso do pesquisador no PPG, mas sua produção intelectual resulta em pontuação para o programa atual. Mais da metade (58%) dos docentes com publicação internacional (121) são oriundos de outras instituições ou departamentos que não são de Ciência Política. Alguns (18%) não exerciam atividade de docência antes do ingresso no

PPG e o restante (24%) já exercia atividade como professor doutor ou assistente na instituição que está vinculado. Quando escrito em coautoria de autores dos programas, os trabalhos são computados para ambos. Ao comparar um programa mais antigo como a USP a um recente como a UFPel, por exemplo, vê-se que o quadro docente do PPG recente tem percentual pequeno quando comparado à produção do antigo. Um departamento pode ter uma produção superior, em número, aos demais. Ao somar as produções de Unieuro, UFF, UFPel e UFPA, por exemplo, o número não chega à metade (50%) da produção da USP.

Os docentes dos PPG da região Sudeste são os que têm maior produção internacional. Em números absolutos a superioridade do Sudeste é notória por que tem um percentual (58%) muito além das demais regiões em relação ao total das produções internacionais. Segue-se a região Centro-Oeste (17%), a região Sul (16%), a Nordeste (9%) e Norte (não atinge 1%). Cada região tem um número de programas: a Sudeste concentra maior quantidade (6), a Norte (1), a Nordeste (2), a Centro-Oeste (3) e a Sul (3). No caso do Nordeste foi contado somente a UFPE já que no período da análise nenhum docente da UFPI tinha publicação internacional que constasse no currículo *Lattes*. Ainda que representada somente por um PPG, a produção do Nordeste está muito próxima da apresentada pelo Sul, representada por três programas. A região Norte também é representada por somente um PPG, a UFPA, e a produção internacional destes docentes fica muito aquém da dos demais. A produção da UFPA se iguala às da UFPel e UFG, mas, por estar isolada na região, fica muito abaixo na contagem. No caso do Sudeste a produção se distribui nivelada entre as entidades, exceto UFSCar e UFF que estão abaixo se comparadas às outras. No Sul e no Centro-Oeste há grande desproporcionalidade no número de artigos publicados ocorrendo diferenças na produção de um programa sobre os demais das regiões, nos casos a UFRGS e UnB.

A diferença de produção internacional entre os quadros docentes das universidades e regiões é, em alguns casos importante. A USP tem uma produção superior à soma das três universidades da região Sul. Ao somar as produções de Unicamp e USP se chega a um valor maior que o da produção de toda a região Centro-Oeste, Norte e Nordeste juntas. O Sudeste não tem a maior produção docente somente porque é a região que tem o maior número de PPG e possui os programas com maior número de docentes. A desvantagem de algumas regiões em relação ao número de programas aponta para o desafio de ampliar a oferta dos cursos nestas localidades. A

UFPE tem uma produção maior que a soma da UFF e UFSCar, dois programas do Sudeste. Fazer parte de uma região de destaque não demonstra todo o peso do programa porque a produtividade individual por PPG pode estar muito abaixo dos demais.

Ainda em números absolutos, há marcante distinção no número de docentes com produção internacional vinculados aos PPG. Programas como USP, Unicamp, UnB, UFRGS, UFMG, Iuperj, UFPE, respectivamente, são as universidades que mais de destacam quanto à produção internacional de seus quadros (acima de 30 artigos). Os demais programas, em sua maioria, não têm a metade dessa produção intelectual. Os mais antigos são os programas com maior produção internacional entre seus docentes. Deve-se levar em consideração o tempo de existência dos programas, porque pode ter ocorrido, entre os mais antigos, uma migração de docentes de um programa para outro, situação que pode não ter ocorrido nos recentes. A produção *per capita* de cada PPG é demonstrada na tabela abaixo. Conforme ilustração:

Tabela 2- Distribuição *per capita* da produção internacional por programas em 2014:

PPG	Produção= total publicações/total docentes
IESP	44/13= 3,38
USP	68/24= 2,83
Unicamp	53/19= 2,78
UFRGS	49/18= 2,72
UFMG	49/19= 2,57
UFPE	36/15= 2,40
UnB	51/25= 2,04
Unieuro	16/9= 1,77
UFSCar	20/17= 1,17
UFPR	14/13= 1,07
UFF	9/13= 0,69
UFPEl	3/9= 0,33
UFPA	3/13= 0,23
UFG	3/15= 0,20

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes”.

Ao analisar a produção *per capita* de cada quadro se constata uma série de divergências entre o desenvolvimento da internacionalização em relação aos docentes de cada programa. Quanto maior o índice da instituição, mais seus docentes podem desfrutar de parcerias e convênios internacionais com revistas e internacionalizar suas

pesquisas. Instituições mais antigas e com maior número de publicações podem ter índices muito acima das mais recentes. O IESP tem a mesma quantidade de docentes que UFF e UFPR e sua produção *per capita* é mais que o triplo de cada uma destas instituições. Programas antigos que têm o mesmo número de docentes como UFMG e Unicamp, por exemplo, apresentam índices próximos entre si.

A USP tem um quadro docente maior e é o PPG com mais publicações, mas fica atrás dos indicadores de produção do IESP. Tem-se aí dois programas com pequena diferença de tempo de existência (5 anos) e os que apresentam maiores indicadores de produção por docente. Programas como UFF, UFPA, UFG e UFPel estão muito abaixo na escala (índice menor que 1), fato que indica o pouco desenvolvimento da internacionalização da produção destes até 2014. Esses programas podem apresentar números baixos porque têm um surgimento recente: o departamento da UFPel que iniciou suas atividades a partir de 2011, por exemplo. A Unieuro é uma entidade recente e seu quadro docente apresenta uma taxa de produção três vezes maior que UFPel e UFPA. Ficam num grupo intermediário UFPR, UFSCar e Unieuro em relação à produção *per capita*. A publicação por docente na Unieuro é a maior que cada uma destas pois o maior número de artigos foi produzido por apenas um docente dessa universidade. UFPE e UFG têm o mesmo número de docentes e a quantidade de artigos por docente na UFPE é doze vezes a produção da UFG. Um programa recente como o da Unieuro apresenta índice *per capita* maior que UFF, UFG, UFPA e UFPel somadas. Nos casos mais tradicionais, exceto o IESP, não há grande disparidade na produção docente, mas no grupo de programas com tempo menor de existência, a diferença pode ser considerável. Quando o quadro de professores é menor e há uma considerável distribuição de artigos por docente, a instituição se aproxima cada vez mais das exigências presentes no PNPG 2011-2020 na internacionalização da produção. Quanto maior o quadro de docentes menor pode ser a distribuição, o que indica algum grau de dificuldade no processo de internacionalizar a pesquisa docente.

Os programas mais antigos apresentam os melhores índices *per capita* de produção entre seus docentes. UFMG e IESP têm dois dos três melhores entre estes, o que indica a importância da antiguidade do departamento. A USP supera a UFMG tendo o segundo melhor índice; cabe lembrar que esta instituição criou o primeiro doutorado na área. Para exemplificar a importância da antiguidade, o IESP tem um índice de produção maior que o dobro da UFSCar. Os menores índices estão em programas mais

recentes com destaque para UFG, UFF, UFPA e UFPel. O IESP tem o mesmo número de docentes que UFF, UFG, UFPA e UFPR, mas seu índice *per capita* é muito maior do que cada um destes sendo mais que o triplo da UFPR. O quadro docente do IESP é praticamente a metade dos quadros de UnB e USP sendo que o índice *per capita* desse programa é maior.

Na análise a maior quantidade de artigos internacionais de um docente foi dezessete publicações nesta análise. Nos programas com maior número de pesquisadores com produção internacional o número de artigos por docente se mantém equivalente, ou seja, até a quinta publicação é maior o número de docentes com publicação internacional, mas acima disto cai o número de docentes que conseguem dar continuidade às suas produções internacionais. A partir da sexta publicação ocorre um afunilamento aumentando a diferença na escala. A UnB é o único programa que atinge os níveis mais elevados de produção internacional em seu quadro docente (15, 16 e 17 artigos por docente). Nem todos os docentes que compõem os quadros conseguiram internacionalizar suas pesquisas. Há divergência entre os percentuais de pesquisadores sem publicação internacional entre os PPG. Conforme ilustração:

Tabela 3- Distribuição dos docentes sem produção internacional por PPG em 2014

PPG- n docentes	% (n)
UFPI- 11	100 (11)
UFPA- 13	85 (11)
UFG- 15	80 (12)
UFF- 13	69 (9)
UFPel- 9	66 (6)
Unieuro- 9	66 (6)
UnB- 25	56 (14)
UFPR- 13	54 (7)
UFSCar-17	53 (9)
UFPE- 15	33 (5)
IESP- 13	30 (4)
USP- 24	29 (7)
UFRGS- 18	22 (4)
UFMG- 19	21 (4)
Unicamp- 19	15 (3)

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes”.

Assim como há diferença entre a produção de cada programa, há variações em relação aos docentes que não internacionalizaram suas pesquisas. A Unicamp é a entidade que apresenta menor percentual de docentes sem publicação internacional. Este departamento tem um número considerável de docentes ficando atrás apenas de UnB e USP. O pequeno número de docentes (3) sem publicações internacionais demonstra que a maioria deste quadro conseguiu a internacionalização de suas pesquisas evidenciando que uma distribuição equilibrada ocorreu. A média da produção (3,31) da Unicamp demonstra o cumprimento de objetivos para internacionalizar a disciplina. A USP tem um quadro maior e apresenta uma média de quatro artigos por pesquisador. Os programas mais antigos apresentam em média uma produção mais elevada por docente, o que não ocorre em departamentos mais recentes que têm elevado percentual de professores sem publicações internacionais.

As entidades com as maiores taxas de ausência de produção internacional entre seus docentes estão ante o desafio de cumprir as metas do PNPG e alcançar parâmetros internacionais. Pode-se citar, nesta análise o caso da UFPI que não apresentava artigos internacionais em seu quadro docente. O presente trabalho trata apenas da publicação de artigos: livros e capítulos de livros internacionais não entram na análise, o que pode reduzir o número de docentes com pesquisas internacionalizadas. Para fazer parte das análises os artigos deveriam constar no currículo dos docentes no momento da coleta de dados.

A UFF tem o mesmo número de profissionais que o IESP, mas sua taxa de docentes que não atingiram padrões internacionais em seus artigos é elevada (70%). A UFG tem dois docentes a mais que IESP e UFF e seu percentual supera ambas (80%). Uma instituição pode apresentar um elevado percentual de docentes sem artigos internacionais, o que pode indicar a concentração de artigos em poucos docentes. UFPel e Unieuro são os programas que têm os quadros docentes mais reduzidos (9 professores cada) e seus percentuais são praticamente os mesmos. A Unieuro tem uma produção de artigos cinco vezes superior a da UFPel e mesmo assim ambas têm percentuais semelhantes, isto indica que o maior percentual das publicações da Unieuro se concentra em um ou poucos docentes. A UnB também pode ser um exemplo disso porque é a entidade que tem o único docente que teve da décima quinta à décima sétima publicação internacional e apresenta mais da metade (56%) de seus docentes sem publicações internacionais. Dos programas mais antigos é o departamento com maior

ausência de artigos internacionais distribuídos em seu quadro. As universidades com os maiores índices de produção conseguiram que um número elevado de seus docentes (em torno de 70%) publicassem em periódicos internacionais. IESP, UFMG, UFPE, UFRGS e USP apresentam os menores percentuais de docentes sem publicação internacional (em torno de 30%). Os demais têm acima da metade (50%) de seu quadro sem produção internacionalizada.

Dos casos analisados quanto à produção se tem: um artigo (39 docentes); dois artigos (27); três artigos (15); quatro artigos (13); cinco artigos (6); seis artigos (4); sete artigos (4); oito artigos (3); nove artigos (1); onze artigos (3); doze artigos (3); doze artigos (3); quatorze artigos (2); dezessete artigos (1); sem artigos internacionais (112). Apenas um docente tem mais de quatorze artigos chegando a dezessete, e está vinculado à UnB. Um determinado PPG consegue ter um docente com elevada produtividade enquanto outros programas não conseguem se aproximar de tal número.

Os pesquisadores têm desenvolvido a internacionalização de suas pesquisas de maneira diferente sendo uns mais rapidamente que outros. Além da necessidade de colocar as publicações em um nível de reconhecimento internacional há também o desafio de internacionalizar as pesquisas dos docentes que ainda não produziram artigos internacionais. O número de docentes com apenas um artigo é treze vezes maior do que aqueles que têm até onze artigos. Essa proporção inversa demonstra que poucos docentes podem representar a maioria da produção se tornando um grupo seletivo entre os docentes. Se poucos pesquisadores podem representar a maior parcela da produção total quando o número daqueles sem publicação internacional (48,1%) beira à metade do universo estudado, há indicativos de deficiências na distribuição e participação entre os docentes dos PPG na internacionalização da disciplina através de publicações de pesquisas em periódicos internacionais. Os professores de cada PPG se diferenciam em relação ao tamanho de sua produção mostrando um distanciamento entre o total da produção de cada quadro docente dos diferentes programas sendo exemplo disto a UFPI que não tinha no período analisado publicação internacional em seu quadro docente.

2.3 Período das publicações e avaliação das revistas

Desde a década de 1970 os docentes brasileiros vêm publicando suas pesquisas em revistas internacionais. Cada revista analisada está relacionada ao sistema de avaliação *Qualis* da Capes, critério para o periódico entrar na análise. Os dados referente ao *Qualis* das revistas foram coletados em março de 2015, logo, podem ter sofrido alterações posteriores.

O *Qualis* atende os requisitos específicos do sistema de avaliação e é norteado pelo aplicativo Coleta de Dados e como retorno disponibiliza uma lista que classifica os periódicos (Bastos, [2012?]). O Sistema *Qualis* está fundamentado no Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), “comissões de área” da Capes, “coordenadores de área” e “comitês avaliadores” de cada área de conhecimento (Leite e Codato, 2013). A classificação dos periódicos é feita anualmente e os estratos se dividem em A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. (CAPES, [2013?]).

Além deste sistema existem outros índices como o *SCImago Journal (SJR)*, por exemplo. Este índice foi desenvolvido pelo Conselho Superior de Investigações Científicas e é composto por membros de distintas universidades espalhadas pelo mundo. O SJR tem uma lista em índice de publicações científicas internacionais e faz comparações entre os países. Tem alto poder de detalhamento que se divide em 23 áreas temáticas e 313 áreas específicas. Analisa a importância dentro das áreas específicas de conhecimento, distinguindo-se de outros índices que levam em conta o número bruto de publicações e citações. Esta análise permite, por exemplo, o privilégio da Medicina e o rebaixamento das Ciências Sociais (Barboza; Barberia e Godoy, 2016).

Outro exemplo de índice é o índice de *Hirsch (h-index)*. Este faz uma análise individual das produções intelectuais, entretanto apresenta lacunas relacionadas às variáveis que somente no indicador não são possíveis de serem analisadas. O *Google Scholar Metrics* é outro índice de avaliação de publicações. Para que a publicação apareça na lista de busca do *Google Scholar Metrics* é necessário obedecer alguns requisitos estabelecidos por este índice. Ele mensura os impactos tanto para o veículo em que foi publicada a obra, quanto para o autor (Barboza; Barberia e Godoy, 2016). O sistema *Qualis* também classifica os periódicos internacionais de cada Área com critérios de avaliação indexados com os índices internacionais de classificação (CAPES [2013?]). Apresenta-se como um dos principais fatores de hierarquização no campo

acadêmico com reflexo na Ciência Política norteando para onde o campo deve ir (Leite e Codato, 2013).

Houve um aumento em dois anos no número de revistas brasileiras das respectivas Áreas que já atendem o sistema de indexação no *Scielo* e no *Scopus*, que são consideradas pelas 48 Áreas da Capes como de melhor qualidade, em paralelo com o aumento no percentual dos estratos A1 e A2. Revistas especializadas internacionais que estão indexadas em bases como DOAJ ou ERIC se encontram nos estratos B1 e B2, abaixo das revistas brasileiras indexadas no *Scielo* que são consideradas como A2 (CAPES, [2013 ?]). O *Qualis* atribui capital acadêmico aos periódicos das publicações (Leite e Codato, 2013). O aumento no número de docentes que publicam em periódicos internacionais bem classificados contribui para a internacionalização e boa visibilidade das pesquisas de cientistas políticos brasileiros.

Somente dois programas têm em seus quadros professores que publicaram na década de 1970: Iuperj (IESP) e USP. Há quatro publicações (6%) de docentes da USP na década de 1970, enquanto há uma única publicação (2%) do Iuperj na mesma década. A internacionalização da disciplina já estava em desenvolvimento na década de 1970. Conforme ilustração:

Tabela 4- Períodos das publicações internacionais de artigos por PPG de 1975-2014 (%):

PPG- (n artigos)	Período- % artigos						Total %
	1975-1985	1986-1991	1992-2000	2001-2005	2006-2010	2010-2014	
IESP (44)	4	0	17	27	34	18	100
USP (68)	7	3	9	11	26	44	100
UnB (51)	3	5	10	13	47	22	100
Unicamp (53)	4	0	7	23	43	23	100
UFRGS (49)	0	7	11	24	40	18	100
UFPE (36)	0	0	15	15	50	20	100
UFMG (49)	0	0	9	11	33	47	100
UFSCar (20)	0	0	15	10	30	45	100
UFPR (14)	0	0	9	42	29	20	100
UFF (9)	0	0	0	21	55	24	100

UFPA (3)	0	0	0	0	66	34	100
Unieuro (16)	0	0	0	0	64	36	100
UFG (3)	0	0	0	0	34	66	100
UFPel (3)	0	0	0	0	0	100	100

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discente”.

A forte expressividade da internacionalização das publicações se dá a partir dos anos 2000. Não se pode desconsiderar a produção na década de 1990, pois neste período houve uma expansão da internacionalização entre os programas e o aumento desta teve continuidade nos períodos posteriores. Os docentes da UFSCar internacionalizaram parte de suas pesquisas entre os anos 1992 e 2000 vindo a diminuir este percentual no período posterior. Nos dois últimos períodos há uma crescente produção de artigos internacionais pelos docentes da mesma. Alguns programas mais tradicionais como IESP, UnB, Unicamp, UFRGS e UFPE parecem ter andado na contramão das metas do PNPG 2011-2020 porque ocorre uma diminuição de percentuais em relação aos artigos publicados no exterior. Quase metade da produção do corpo docente da USP (44%) e da UFMG (47%) é internacionalizada no período 2011 e 2014. UFPR, UFG, UFPA e Unieuro são instituições que apresentam redução de artigos nos últimos períodos em relação aos anteriores. A produção de UFG, UFPA é pequena e publicaram somente nos dois últimos períodos. A UFPR publicou em dois períodos anteriores a essas e sua produção está em redução constante no decorrer dos períodos.

Em relação a UFPel não se pode dizer que a internacionalização da produção docente foi tardia porque o departamento teve o início de suas atividades em 2011, isto explica a totalidade das publicações deste PPG no último período. IESP e Unicamp fazem parte dos poucos PPG que publicaram no primeiro período, mas no segundo não apresentam nenhuma produção. No segundo período (1986-1991) apenas USP, UFRGS e UnB publicaram. Em períodos muito anteriores ficam ausentes os programas mais modernos porque têm pouco tempo de existência. O corpo docente da USP é o único que tem produção em todos os períodos e com crescente percentual, o que mostra que a internacionalização dos artigos continuou se desenvolvendo neste departamento, apesar da redução de percentuais no segundo período em relação ao primeiro. A UnB também tem produção docente em todos os períodos, mas há uma diminuição no último. A

UFPE teve metade de sua produção (50%) internacionalizada entre os anos 2006 e 2010 concentrando o maior percentual de sua produção nesta faixa temporal. Sem dúvida a análise da produção dos PPG mais recentes precisa ter continuidade ao longo dos anos para se constatar o comportamento dessas instituições ante o desafio da internacionalização imposto pelo PNPG atual.

No primeiro período (1975-1985) quase um terço (29%) das instituições conseguiram internacionalizar suas pesquisas. Deve-se levar em consideração que muitos programas analisados não existiam na época. Os programas que publicaram no primeiro período são do Sudeste (IESP, USP e Unicamp) e Centro-Oeste (UnB). No segundo período (1986-1991) ocorrem ausências de IESP e Unicamp, mas há o ingresso de um programa do Sul, a UFRGS. No terceiro período (1992-2000) docentes da UFPE, UFMG, UFSCar e UFPR começam a publicar em periódicos estrangeiros. Os pesquisadores de programas mais recentes como UFPA, Unieuro, UFG têm sua produção internacionalizada somente a partir do quinto período (2006-2010). Apesar de departamentos mais modernos terem percentual acima de programas mais antigos, têm uma menor expressão no contexto em que se deu a internacionalização da disciplina porque ficaram décadas sem publicar e surgiram recentemente.

As publicações podem ter sido realizadas antes do ingresso do docente no PPG, ou antes da criação do departamento de Ciência Política na universidade, mas na época da coleta dos dados estes docentes estavam vinculados ao departamento da área. Alguns docentes migraram de outros programas e outras áreas antes da atuação no PPG da análise. Pode ocorrer também divergência referente à produção dos programas, porque os dados foram tirados dos currículos *Lattes* dos docentes conforme estavam atualizados entre janeiro e março de 2015. Caso algum tenha saído do programa de Ciência Política das instituições analisadas, seus dados não aparecerão na análise, fato que abre um leque para contestações e novas pesquisas.

Os docentes dos programas internacionalizaram suas pesquisas em períodos distintos. O IESP tem produção internacional em seu quadro docente que data da década de 1970, período próximo a criação do PPG. Em contrapartida chama atenção a ausência da UFMG neste período, pois foi o primeiro programa da área e seus estudantes juntamente com os do IESP iam para os EUA realizar doutorado. Crê-se que houve publicações de mineiros neste período, mas no universo estudado esse fato não

pôde ser comprovado. Não entram na análise docentes que se desligaram das universidades ou trabalham em outros departamentos da instituição.

Programas mais recentes como UFF, UFPA, Unieuro, UFG, UFPel têm sua produção internacionalizada somente a partir de 2001 por terem menos tempo de existência e uma produção inferior aos demais. A UFPR tem uma produção menor que a da Unieuro, mas já internacionalizava sua produção docente desde a década de 1990. Os PPG do IESP, UnB, Unicamp, UFRGS, UFPE têm uma crescente de percentual de internacionalização com o passar do tempo, mas decresce nos últimos anos (2011-2014). Nos casos de USP, UFMG e UFSCar o aumento se mantém constante. Os programas mais antigos divergiram na quantidade de suas produções no decorrer dos Planos Nacionais, uns publicaram mais nos Planos anteriores e diminuíram sua produção no PNPG atual, enquanto outros mantiveram sua crescente.

A classificação dessas revistas internacionais é um ponto importante porque além de internacionalizar é preciso publicar nos periódicos mais bem conceituados. Os PPG que se destacam nas publicações dos docentes no estrato A1 (a partir de 10 publicações), estrato mais elevado do *Qualis*, são UnB, UFMG, USP, IESP e UFRGS. Os docentes destes programas têm metade (50%) em relação às publicações de todos os outros nesse estrato. O maior percentual das publicações dos professores está no estrato A1 (32%), fato que indica que grande parte das pesquisas são publicadas em excelentes veículos de comunicação.

A USP é a terceira universidade com publicações de seus docentes no estrato “A1” e é também a que mais publicou no estrato “C” (10), mesmo número publicado em “A2”, muito na frente da Unicamp (4) em “C”. Mais da metade das publicações está entre a divisão “A1, A2 e B1” (58%), na “B2, B3 e B4” (32%) e na “B5 e C” (10%). A UFPE é o PPG com a menor quantidade de artigos publicados em “B4, B5 e C” (apenas 2% das publicações de seus docentes) concentrando sua produção (98%) em “A1, A2, B1, B2 e B3”. Os PPG que têm maior concentração (acima de 30) das publicações docentes em “A1, A2 e B1” são: UFMG (71% de 49); UFRGS (66% de 49); USP (59% de 68); UnB (70% de 51). Os que têm maiores concentrações em “B2, B3 e B4” (acima de 10) são: IESP (35% de 44); UFMG (29% de 49); UFPE (37% de 36); UFRGS (27% de 49); Unicamp (47% de 50); UnB (28% de 51); USP (25% de 68).

No estrato “C” ganha destaque a USP (16% de 68), programa que mais publicou em “B5 e C”. Conforme ilustração:

Tabela 5- *Qualis* das revistas das publicações por PPG de 1975-2014 (%):

PPG-(n artigos)	<i>Qualis</i>								Total
	A1	A2	B1	B2	B3	B4	B5	C	
IESP-(44)	27	10	20	20	10	5	3	5	100
UFF- (9)	34	0	11	11	11	11	11	11	100
UFG- (3)	0	0	0	0	33,33	33,33	33,33	0	100
UFMG- (49)	39	13	18	22	0	6	2	0	100
UFPA- (3)	33,33	0	0	0	33,33	0	0	33,33	100
UFPE- (36)	41	11	8	19	17	0	0	4	100
UFPeI- (3)	0	0	34	66	0	0	0	0	100
UFPR- (14)	15	21	6	18	22	6	6	6	100
UFRGS- (49)	25	14	24	17	10	0	3	7	100
UFSCar- (20)	45	0	5	20	10	0	5	15	100
Unicamp- (53)	19	7	16	29	14	2	4	9	100
UnB- (51)	59	6	6	17	6	4	0	2	100
Unieuro- (16)	0	30	30	6	14	0	0	20	100
USP- (68)	25	15	19	10	7	7	2	15	100

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discente”.

Os programas que mais se destacam em publicações no estrato A1 são: UnB (59%); UFSCar (45%) e UFPE (41%). Universidades com um número menor de produções podem concentrar sua produção em estratos vizinhos como a UFPel (estratos B1 e B2) e UFG (estratos B3, B4 e B5) ou transitar entre os diferentes níveis como UFPA (A1, B2 e C). Dos programas mais antigos a UnB é a que tem o maior percentual em A1 e tem grande distanciamento dos demais estratos; seus docentes conseguiram publicar a maioria de suas pesquisas em revistas consideradas de primeira linha. Não somente apresenta o maior percentual como os demais, como também concentra mais

da metade (59%) no primeiro estrato ocorrendo distribuição pequena entre os demais níveis. Sua produção é muito próxima a da Unicamp que não tem metade do percentual da UnB em A1. Dos PPG mais antigos a Unicamp é a que apresenta o menor percentual no estrato A1. A UFMG e a UFPE têm percentuais muito próximos em A1, ao comparar a UFMG a UFRGS que têm o mesmo número de artigos publicados, essa tem mais que dez por cento sobre esta. Os programas mais tradicionais como IESP, UFMG, UFPE, UFRGS, UnB e USP apresentam (no período do levantamento do *Qualis*) os maiores percentuais de sua produção docente no estrato A1. No caso da Unicamp, a maioria de sua produção está concentrada em B2 (mais de 10% sobre A1), e a UFRGS apresenta percentual quase igual com diferença de apenas um por cento entre os estratos A1 e B1.

Em A2, exceto UnB e Unicamp, todos os programas antigos apresentam um percentual próximo de concentração, não se distanciando expressivamente um do outro (entre 10 e 15%) mostrando proximidade nas publicações de artigos em revistas dessa classificação. Em B1 a proximidade se mantém, exceto nos casos de UFPE e UnB que apresentam percentual abaixo de dez. Em B2 a USP é o programa antigo com menor percentual, em contrapartida em C é o que tem maior percentual e no geral apresenta o segundo ficando apenas atrás da Unieuro. Entre os estratos B3, B4, B5 e C, programas como IESP, UFPE, UFRGS, USP e Unicamp apresentam pelo menos um quinto de sua produção. A Unicamp concentra o maior percentual de sua produção (58%) entre B2 e C, os demais concentram mais da metade de suas produções em A1, A2 e B1, o que mostra que a maior parcela da produção dos PPG mais antigos está bem classificada quanto à sua visibilidade.

Nos programas mais recentes apenas quatro publicaram em A1 e somente UFF e UFSCar apresentam percentual acima de trinta. A UFPA também apresenta percentual acima de trinta, mas a produção de seu corpo docente é menor, apenas três artigos. Diferenciando-se dos programas mais antigos que publicaram todos em A1, alguns recentes não conseguiram publicar nesse estrato. A UFSCar é a entidade que mais se aproximou de publicar metade dos seus artigos (45%) em A1, assemelhando-se à UnB, no caso dos mais antigos, porque tem superioridade de mais de dez pontos percentuais em relação aos demais recentes. A Unieuro é o único PPG recente que concentra maior parcela de sua produção entre A2 e B1 se assemelhando aos mais antigos quanto à concentração nos primeiros níveis de classificação. Os demais, diferente dos antigos, apresentam maior percentual entre B2 e C. A UFSCar divide suas publicações pela

metade entre A1, A2 e B1 (50%) e B2 a C (50%). Somente UFPR e Unieuro tiveram publicações no *Qualis* A2. Em relação às publicações em C, a UFSCar se iguala à USP ficando atrás da Unieuro. A internacionalização das pesquisas tem ocorrido entre os programas recentes, porém os veículos que são publicadas estão, na maioria dos casos, em situação de inferioridade em relação aos veículos que os programas mais antigos publicam a maioria de seus estudos. Apesar do percentual da UFPA em “C” ser maior que todos os demais, deve ser considerado de forma diferenciada, porque se trata de apenas um artigo.

2.4. Visibilidade e países de destino das pesquisas

Sobre o questionamento da visibilidade que a Ciência Política brasileira tem no mundo, a avaliação de quase todos os autores que se manifestam sobre o tema, é o de que tal visibilidade é pequena (Soares, 2005). Por um longo período o Brasil se manteve em uma baixa posição em relação às publicações internacionais da Área. A Ciência Política brasileira deixou a 37º posição em relação ao volume de publicações em 1996 passando a 23º em 2014. A elevação na escala foi pequena, “*conforme o índice h- métrica empregada para avaliar o impacto das publicações científicas, a ciência política brasileira manteve apenas a 31º posição, ocupada a dezoito anos*” (Madeira e Marengo, 2015). A colaboração internacional de cientistas políticos brasileiros entre 1996 e 2014 ficou abaixo da registrada por chilenos e mexicanos (Madeira e Marengo, 2015). Uma reflexão que pode ser feita sobre a visibilidade da Ciência Política brasileira é como a análise das redes de colaboração científica acontecem.

Mörschbacher, Maglia e Peres definem rede de colaboração como “*conjunto de interações que ocorrem dentro de um determinado contexto social de determinada área do conhecimento, entre dois ou mais indivíduos, que facilitam a realização de uma pesquisa*” (Mörschbacher; Maglia; Peres, 2016). Por intermédio desta colaboração são estabelecidas redes de comunicação, compartilhamento de ideias e recursos para difundir a informação com uma divisão das atividades dos docentes pesquisadores na produção de conhecimento. (Mörschbacher; Maglia; Peres, 2016).

Apesar do contínuo crescimento da produção de cientistas políticos brasileiros há a barreira do paroquialismo da produção que é vista por autores como uma das principais causas da baixa visibilidade internacional da mesma e tem como características: 1) trabalhos em coautoria com autores estrangeiros; 2) temas da

produção se voltam para a política subnacional sendo quase ausente o modo comparativo; 3) o idioma, porque não se publica em inglês; 4) a maior parte da produção é veiculada em periódicos brasileiros (Madeira e Marengo, 2016).

Dos docentes que já realizaram publicações internacionais, a maioria publicou nos EUA (30% de 121). Este país recebeu mais publicações de docentes brasileiros que os países latinos como Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, Cuba, Peru e Uruguai juntos. País nenhum supera os EUA como destino das publicações, mas a Europa também tem sido também uma vitrine para a Ciência Política brasileira.

Tabela 6- Principais países em que docentes publicam (1975-2014) (%):

PPG- (N docentes)	Países das publicações (% docentes que publicaram)								Total
	ARG	CHI	ESP	EUA	FRA	ING	MEX	Sem PI ³⁵ / outros	
IESP- (13)	8	0	8	31	16	8	0	29	100
UFF- (13)	8	0	0	8	0	8	0	76	100
UFPA- (13)	8	0	0	8	0	0	0	84	100
UFPR- (13)	8	8	8	8	0	16	0	52	100
UFRGS- (18)	6	11	6	22	17	0	11	27	100
Unicamp- (19)	11	0	0	21	11	5	5	47	100
USP- (24)	8	4	0	33	0	13	4	38	100
UFMG- (19)	0	16	12	16	0	12	5	39	100
UFSCar- (17)	0	6	12	6	12	6	0	58	100
UFG- (15)	0	0	7	0	7	0	0	86	100
UnB- (25)	0	0	4	20	8	8	0	60	100
UFPE- (15)	0	0	0	27	7	7	0	59	100
UFPel- (9)	0	0	0	0	11	0	0	89	100
Unieuro	0	0	0	0	0	22	11	67	100

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes”.

Exceto UFG, UFPel e Unieuro, todos os demais publicaram seus artigos nos EUA. Dos programas que publicaram neste país se destacam UnB e USP com cinco e oito docentes publicando nesta nação, respectivamente. Os que não publicaram nos

³⁵ Publicação internacional

EUA o fizeram na Europa e na América Latina. Em geral mais de um PPG tem publicações docentes num mesmo país, mas há também os casos de exclusividade como: Canadá (1 docente da UFRGS); Bélgica (publicação de 1 docente da Unicamp); China (1 docente da UFSCar); Cuba (1 docente da Unicamp); Guatemala (1 docente da UnB); Itália (1 docente da UFF); Nicarágua (2 docentes da Unicamp); Perú (1 docente da UFPE); Rússia (1 docente da UFG) e Venezuela (1 docente da UFPE).

Os países que aparecem de forma distinta na tabela são os que receberam a maior parcela das publicações docentes (mínimo 6 docentes). Entre estes aparecem países latino-americanos como Argentina, Chile, fator que é muito importante para a região. Os percentuais de artigos enviados a estes países podem ser de pouca expressão em relação à produção total de cada programa, mas por estarem entre os principais, indica que uma porção da produção se destina à América Latina superando alguns países europeus e de outras regiões quanto à concentração. Nove (USP, IESP, UFF, UFPA, UFPR, UFRGS, Unicamp, UFMG, UFSCar e Unieuro) dos quinze programas da análise publicaram na América Latina.

No diálogo latino americano a Argentina é o país que recebeu publicações do maior número de programas seguida pelo Chile. As entidades que se destacam no percentual de docentes que publicaram na América Latina são: UFPR e USP. A USP é o único PPG que tem publicações na Argentina, Chile e México. Venezuela, Cuba, Nicarágua, Guatemala, Perú, também receberam artigos de docentes brasileiros sendo casos isolados de programas ficando, os maiores percentuais e distribuição, para Argentina, Chile e México. Em termos percentuais a UFPA se destaca quanto às publicações na América do Sul, mas a produção deste departamento é pequena (3 artigos).

Alguns departamentos mais tradicionais como a UnB e UFPE podem não ter publicações nos países sul-americanos que mais se destacam, mas publicam de forma isolada em outros países latinos. A UFF é o programa que apresenta um equilíbrio da distribuição entre EUA, Argentina e Inglaterra. No caso da UFPR, Argentina e Chile, respectivamente, têm o mesmo percentual de publicações dos EUA, quando somados se igualam ao da Inglaterra. A UFRGS enviou mais artigos para Argentina, Chile e México ao todo que para EUA e França separadamente. Ao somar os percentuais de Argentina e México, o departamento da Unicamp destinou o mesmo percentual de seus

artigos em relação aos EUA. A UFMG destinou ao Chile o mesmo percentual de artigos que para os EUA. Na UFSCar se repete o equilíbrio da UFF porque o Chile tem a mesma representatividade que EUA e Inglaterra, respectivamente, ficando atrás de Espanha e França que receberam o dobro de artigos.

Os EUA são o principal destino dos artigos dos docentes brasileiros, entretanto os dados demonstram que as publicações de docentes brasileiros também vão para outros países e continentes. A exposição das pesquisas dos brasileiros em diferentes países se dá em conformidade com as parcerias e convênios internacionais destes países com programa e docentes. A produção internacional dos cientistas políticos brasileiros tem se disseminado por EUA, Europa e América Latina. Na Europa e na América Latina é necessário disseminar as publicações para mais países destas regiões.

3 Formação fora do Brasil

Por meio da formação ou parte desta fora do Brasil, alguns docentes trazem de fora conhecimentos que aplicam em suas investigações. Estudar no exterior pode abrir portas para publicações internacionais ou não. Outro fator importante é a atuação de docentes brasileiros no exterior como colaboradores de instituições de ensino. A mobilidade internacional é importante entre os docentes da área. O período referente à formação internacional dos docentes analisados data do ano de 1971 a 2014, período que cobre algumas saídas da totalidade dos docentes atualmente vinculados aos programas analisados.

3.1 Mobilidade Internacional

A mobilidade internacional induziu padrões de qualidade à pós-graduação brasileira, uma vez que permitiu a participação de brasileiros em entidades de excelência reconhecidas internacionalmente, fato que elevou seu nível a padrões de exigência mais elevados (Madeira e Marengo, 2016). A exigência de formar recursos humanos qualificados que pudessem dar continuidade ao projeto da pós-graduação no Brasil fez com que muitos brasileiros buscassem tal qualificação no exterior, fato que contribuiu para que muitos docentes realizassem doutorado fora do país. No caso da Ciência Política, um dos fatores que pode explicar isso foi a escassa oferta de doutorado em meados dos anos 1990. A USP criou o primeiro curso de doutorado no Brasil em 1974, nove anos após a criação do primeiro mestrado brasileiro de Ciência Política na UFMG. O surgimento não simultâneo do doutorado em relação ao mestrado contribuiu para qualificação no exterior. No final dos anos 1990 houve redução na concessão de bolsas de doutorado pleno no exterior devido ao fortalecimento da pós-graduação brasileira e seu nível de qualidade para titular pesquisadores. Nos anos 2000, a formação internacional voltou a ter relevância na comunidade acadêmica brasileira, não mais através de doutorado pleno no exterior, fato que se havia dado devido à escassez de ofertas no Brasil, mas agora a internacionalização se vê relacionada com a mobilidade proporcionada pela “bolsa sanduíche” (Madeira e Marengo, 2016).

Em referência ao conceito de educação internacionalizada de Knight, Paiva diz que este se define como: “*O processo que consiste em integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global para fins, funções ou a organização do ensino pós-secundário*” (Paiva, [2012?]). Quando um pesquisador brasileiro vai para o exterior aperfeiçoar seus conhecimentos realiza trocas culturais de aprendizagem e análise; essas

trocas podem ser influenciadas pela tradição dos países que estão num patamar acadêmico mais elevado. O peso de “tradição e “reconhecimento” que cada país tem, por vezes não permite que os pesquisadores superem as especificidades da disciplina em relação ao contexto regional inviabilizando, assim, uma troca equitativa com países de cabedal inferior (Madeira e Marenco, 2016).

No banco de dados da análise deste trabalho, dados dos *Lattes* dos 233 docentes analisados apontam que desde 1971 a 2014 houve formação de doutores brasileiros no exterior, exceto nos anos 1980, 1989 e 2000. Os anos de 2008 e 2011 foram os anos em que houve o maior número de qualificação de docentes no exterior (seis doutores). Dos docentes que realizaram alguma modalidade de doutorado no exterior (84), mais da metade (49) realizou doutorado pleno. No universo da análise, a partir de 2000 se reduz o número de docentes com formação plena de doutorado no exterior, mas não totalmente. Em 2003 há cinco casos de docentes que defenderam suas teses de doutorado pleno na Alemanha, Espanha, EUA, França e Inglaterra (1 em cada). Em 2004 há casos nos EUA (1) e França (1); em 2005 na Inglaterra (1); 2006 nos EUA (1); 2007 nos EUA (1) e França (1); 2008 nos EUA (1); 2010 na Espanha (1); 2011 na França (1) e Holanda (1); 2012 na Alemanha (1) e Itália (1). O número de docentes que realizaram doutorado pleno no exterior e defenderam as teses entre 1971 e 1999 (32) é quase o dobro dos que tiveram a mesma modalidade de formação e defenderam suas teses entre 2000 e 2014. Dos docentes analisados (233), do mesmo modo que ocorreu com as publicações, o número entre os que tiveram experiência de formação fora do Brasil (53%) é muito próximo aos que não a tiveram (47%). Ao mesmo tempo em que a pós-graduação brasileira se qualificou formando docentes no Brasil, esta passou também a ser uma concorrência com a formação fora do país reduzindo-a.

3.2 A Internacionalização da Pós-graduação brasileira

Quando existiam poucos doutorados na área, a obtenção de título de doutor no exterior atribuía ao titulado uma representação de destaque, em termos de capital acadêmico, distinguindo-o entre instituições latino-americanas (Madeira e Marenco, 2016). Em 2010 a Capes oferecera bolsas de estudo entre as áreas de conhecimento envolvendo a pós-graduação no exterior tendo em vista a ampliação desta oferta. No período de 2011-2014 se projetava concessão de 40 mil bolsas de estudos no estrangeiro sendo esta oferta distribuída entre doutorado pleno, doutorado sanduíche, pós-doutorado, graduação sanduíche, estágio sênior e mestrado. Este número de bolsas tinha

como finalidade qualificar os recursos humanos que o Brasil precisa para continuar a se desenvolver (Capes, 2011).

Conforme Madeira e Marengo, a segunda metade dos anos 2000 foi marcada pelo retorno da importância dada à inserção e formação da pesquisa brasileira no cenário internacional através de estágios de doutorado e pós-doutorado fora do Brasil e o surgimento de ofertas de mobilidade internacional à comunidade acadêmica brasileira. Nos últimos cinco anos anteriores a 2011, a Capes manteve 25 mil bolsistas no exterior, espalhados por mais de 50 países entre América Latina, África, Oceania, Ásia, América do Norte tendo estes estudantes a oportunidade de frequentar instituições de grande qualificação acadêmica e científica (Capes, 2011). Desde os anos 1990, havia elevado índice de títulos obtidos no exterior no quadro docente dos programas de Ciência Política de países como Argentina, Uruguai, Chile e Brasil, fato que caracterizava a escassa oferta de doutorado nestes países (Madeira e Marengo, 2016). É importante destacar que, por intermédio das parcerias entre Capes e instituições estrangeiras, abriu-se um leque para que a pós-graduação pudesse dialogar com programas nos demais países e continentes. Estas parcerias firmadas de maneira bilateral ou multilateral acompanhavam projetos de pesquisa e parcerias com universidades em torno de aproximadamente 40 países. (Capes, 2011).

Para o ano de 2011 a Capes tomou algumas iniciativas com o objetivo de ligar os projetos de pesquisa dos estudantes à política de formação no exterior. Estas iniciativas estavam baseadas na duplicação do número de bolsas de doutorado sanduíche no estrangeiro com a implantação do PDSE (Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior) em substituição ao PDEE (Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior) (Capes, 2011). Segundo Madeira e Marengo, a *“noção de internacionalização remete a uma imagem de via de mão dupla, de interconexão, de troca e de quebra de barreiras entre diferentes ‘comunidades científicas nacionais’”* (Madeira e Marengo, 2016).

Somando-se àquela iniciativa foram feitas negociações com autoridades de outros países para firmar parcerias de cooperação, criação formal de um consórcio entre instituições americanas possibilitando o envio de pós-graduandos e docentes com a finalidade de facilitar o envio de brasileiros para os EUA e também receber alunos e docentes deste país (Capes, 2011). O fato de o Brasil enviar estudantes para os EUA parece comum, entretanto, a vinda de alunos e docentes norte-americanos para o Brasil soava como novidade, uma vez tal fato parecia ser um rompimento do domínio da

Ciência Política norte-americana sobre a brasileira como consequência do reconhecimento da qualidade da pós-graduação brasileira. De todos os países de destino dos cientistas políticos brasileiros, os EUA é o principal. Tanto na questão de realizar sanduíche, obter formação plena e exercer atividade docente como professor visitante, as instituições norte-americanas são as que mais recebem brasileiros.

Apesar das políticas desenvolvidas para internacionalizar a pós-graduação brasileira, o que permite trocas de conhecimento com outros países a atenção era e continua sendo nas áreas consideradas prioridade para o país. As concessões de bolsas de doutorado pleno no exterior tinham como prioritárias as Engenharias, Ciências da Computação, Biológicas, Ciências da Saúde e Ciências Exatas. Estas bolsas são concedidas na modalidade balcão, ou seja, candidatura individual (Capes, 2011).

No universo estudado, há registro de docentes que realizaram sanduíche desde 1989. Não foi um período ininterrupto de experiências no exterior, houve intervalos grandes entre as concessões das bolsas. Em 1989 temos o primeiro caso, em 1996 o segundo, em 1997 o terceiro, em 1998 o quarto. Em 2000 temos o quinto caso e daí em diante, excetuando 2002, até 2013, docentes brasileiros de Ciência Política tiveram a oportunidade de estudarem no exterior. Baseado nos 233 docentes, em valores exatos, os anos de 2001 (2 docentes=1%); 2003 (2 docentes=1%); 2004 (3 docentes=1%); 2005 (2 docentes=1%); 2006 (2 docentes=1%); 2007 (3 docentes=1%); 2008 (5 docentes=2%); 2009 (2 docentes=1%); 2010 (5 docentes=2%); 2012 (2 docentes=1%). Dos anos em que os docentes do universo estudado iniciaram sanduíche, estes foram os mais expressivos posto que mais de um docente participou do processo (Fonte: banco de dados elaborado pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes). Em grande parte do orçamento da Capes e nos percentuais do número de bolsas, a pós-graduação sempre foi contemplada. Os convênios de cooperação internacionais entre a Capes e outras instituições internacionais foram firmados conforme o interesse comum em diferentes áreas. Estas parcerias têm como princípios norteadores “*a simetria nos orçamentos e nas mobilidades de pesquisadores e de alunos de pós-graduação, doutorandos e estágios pós-doutorais*” (Capes, 2011).

3.3 Parcerias Internacionais

No caso da França, o principal programa é o CAPES/COFECUB. Neste programa havia promoção de troca de conhecimentos entre docentes brasileiros e

franceses, uma vez que estes tinham como objetivo a elaboração conjunta de projetos científicos de um elevado nível de pesquisa tendo em vista a consolidação de uma rede de intercâmbios. O BRAFITEC (Brasil/França *Ingénieur Technologie*), outro convênio com a França, também chama a atenção junto com o CAPES/CDEFI (*Conférence des Directeurs d'Écoles et Formations d'Ingénieurs*), entretanto estes últimos dois programas estavam voltados para área das Ciências Exatas (CAPES, 2011). A partir de 2010, a parceria com a França havia sido ampliada por meio dos Programas *Saint-Hilaire* e do Programa *Agropolis*. O Programa *Saint-Hilaire* apoiava edição de obras científicas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, o Programa *Agropolis* era voltado para área da agricultura (CAPES, 2011). No Programa *Saint-Hilaire* se abriu espaço para as Ciências Sociais, conseqüentemente, para a Ciência Política.

Outra parceria internacional da Capes com os Estados Unidos da América, no caso, com a Fundação Fulbright permite que os brasileiros façam doutorado pleno nos Estados Unidos. Isto se dá graças ao Acordo de Cooperação com a Comissão de Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América, Comissão Fulbright. Quatro programas englobam este acordo sendo todas as bolsas nos EUA. Dentre as modalidades contempladas estão Professor/Pesquisador Visitante; Bolsa de Estudo para *Master of Fine Arts*; Bolsa Júlio Redecker de Estágio de Doutorando e Bolsa Dra. Ruth Cardoso que foi desenvolvida em parceria com a FAPESP e a Universidade de Columbia (CAPES, 2011).

Em relação à parceria com a Alemanha, merece destaque o Probal, programa de projetos conjuntos de pesquisadores brasileiros e alemães. Somada àquela, a parceria universitária (Unibral) resultante de convênio entre a Capes e o DAAD da Alemanha que tem por finalidade promover a cooperação universitária para a mobilidade de estudantes, pesquisadores e discentes de pós-graduação nas modalidades de doutorado sanduíche e pós-doutorado. Segundo a Capes, no edital da Probal II lançado em 2010, os grupos de pesquisa foram incentivados a formarem os doutorandos em conjunto, o que os levava ao duplo doutorado podendo a bolsa ter duração de até 18 meses havendo ainda a possibilidade de viagem do orientador para acompanhar as atividades do bolsista no exterior. Outro programa que envolve a pós-graduação é a parceria de Pesquisa Colaborativa em Tecnologia de Manufatura entre Brasil e Alemanha. A parceria da Capes com a *Deutsche Forschungsgemeinschaft e. V.* (DFG), no programa *Brazilian-German Collaborative Research Initiative on Manufacturing Technology* (BRAGECRIM) permite a mobilidade de docentes e discentes brasileiros de pós-

graduação envolvidos nos projetos de especificidade da área. Tal parceria se constitui em um modelo misto de projeto conjunto e parceria universitária, entretanto contempla somente os envolvidos na área de Manufatura (Capes, 2011).

Com Portugal o principal convênio é com a Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) envolvendo projetos de pesquisa feitos de maneira conjunta entre pesquisadores docentes brasileiros e equipes de pesquisadores portugueses de variadas áreas de conhecimento. Acresce-se a isto o acontecimento da cooperação com Portugal por intermédio da assinatura de acordo ofertante de bolsas individuais com a Universidade de Coimbra. Em 2010, foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Capes e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Deste memorando saiu a Cátedra Milton Santos que tem como objetivo difundir informações sobre a dinâmica da sociedade brasileira em universidades estrangeiras de excelência (Capes, 2011).

Com a Espanha há um convênio entre a Capes e a *Dirección General de Universidades* (DGU): órgão ligado ao Ministério da Educação espanhol. O programa contempla projetos conjuntos de cooperação científica entre Instituições de Ensino Superior brasileiras e espanholas com o intuito de promover a formação em nível de pós-graduação (doutorado sanduíche e pós-doutorado) e a qualificação de docentes e pesquisadores. O programa com a Fundação Carolina firmado em 2010 tem como finalidade a qualificação de professores universitários e estudantes de doutorado brasileiros com a possibilidade da vinda de pesquisadores espanhóis para o Brasil (CAPES, 2011).

Nota-se presença secundária da América Latina nos convênios firmados pela Capes. Em 2010 foi assinada a Carta de Intenção com COLCIÊNCIAS, entidade colombiana, o Programa Executivo com o Governo do Paraguai, além de negociações relativas ao Programa CONACYT do México. Estes acordos tinham em vista o fortalecimento da pós-graduação no MERCOSUL (CAPES, 2011).

3.4 Internacionalização na formação dos docentes

O quadro dos docentes analisados está equilibrado em relação à formação no exterior (124) e os que se formaram no Brasil (109). Todos os programas analisados têm um perfil internacionalizado em seu quadro docente. Ganham destaque o IESP (84%) e UFPE (80%) devido a seus quadros com formação no exterior. Os demais têm um perfil de internacionalização, mas ficam abaixo: UFF (61%); UFG (60%); UFMG (47%);

UFPA (8%); UFPel (56%); UFPI (27%); UFPR (38%); UFRGS (67%); UFSCar (53%); UnB (60%); Unicamp (47%); Unieuro (22%); USP (62%).

Tabela 7- Formação no exterior dos quadros docentes por PPG até 2014 (%):

PPG- n docentes	Não	FE ³⁶	Total
IESP- 13	16	84	100
UFPE- 15	20	80	100
USP-24	38	62	100
UFF- 13	39	61	100
UFRGS- 18	39	61	100
UFG- 15	40	60	100
UnB- 25	40	60	100
UFPel- 9	45	55	100
UFMG- 19	47	53	100
UFSCar- 17	53	47	100
Unicamp- 19	53	47	100
UFPR- 13	62	38	100
UFPI- 11	73	27	100
Unieuro- 9	78	22	100
UFPA- 13	92	8	100

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes”.

IESP e UFPE são os departamentos que atingem o maior percentual de docentes com formação internacional em seus quadros (mínimo de 80%). Os programas em geral apresentam maior percentual de docentes com formação no exterior, exceto Unicamp, Unieuro, UFSCar, UFPR, UFPI e UFPA. A UFSCar e a Unicamp apresentam diferença mínima (6%) entre os docentes que têm formação internacional e os outros. O mesmo fato se repete na UFMG que apresenta a mesma diferença, mas o percentual de docentes com formação internacional é maior. USP e UFPR apresentam uma mesma diferença entre docentes com e sem formação internacional. Um programa antigo como a UnB tem os mesmos percentuais de internacionalização da UFG que é um programa mais recente. O quadro docente da UnB é o maior (25 docentes, 10 a mais que a UFG) e a internacionalização, em alguns casos, tem atingido as mesmas proporções conforme a realidade de cada PPG. Na UnB se tem quinze docentes com formação internacional, enquanto que na UFG são nove, apesar de ambas apresentarem os mesmos percentuais.

³⁶ Formação no exterior

Há proximidade entre os percentuais, apesar do tamanho dos quadros serem diferentes, em que a USP se assemelha com a UFF em relação à formação internacional entre seus pesquisadores. A formação internacional no quadro da UFPA é mínima (apenas 1 docente) sendo o restante de seu quadro com titulações no Brasil. Unieuro apresenta pouco menos de um quarto de seu quadro com formação no exterior, o que se assemelha à UFPI com pouco mais de um quarto de seu quadro.

Ao atingirem a mesma proporção de formação internacional entre seus pesquisadores, programas antigos e recentes têm cumprido as metas do PNPG atual quanto aos padrões de excelência internacional. Um fator não analisado neste trabalho que também é um modo de internacionalização é o evento de estudantes estrangeiros que vêm se qualificar no Brasil. Chama a atenção o caso da UFMG porque apresenta percentual próximo de programas mais novos e se distancia do IESP. Pode ter ocorrido migração de docentes para outros programas/departamentos ou desligamentos. Programas como UFPA, UFF, UFPR, UFSCar, Unicamp e Unieuro são instituições que não têm metade (50%) de seu quadro docente com formação internacional.

O pós-doutorado dos docentes realizado em diferentes países se apresenta em distintos níveis de proporção entre os programas. UFG e UFPI têm em seus quadros o menor número de docentes com formação PhD no exterior, o que representa um pequeno percentual de seus docentes (7%) e (9%) respectivamente. A UFPE é a entidade com maior quantidade de títulos PhD no exterior (69% de seus docentes) dando destaque aos EUA (31%) e França (23%). Os programas que têm maior perfil de formação PhD norte-americana em seus quadros são IESP (60% dos PhD estudaram nos EUA); UFF (50% dos PhD); UFPE (44% dos PhD). Conforme ilustração:

Tabela 8- País de formação PhD por PPG (1982-2014) (%):

PPG- n docentes	ALE	ESP	EUA	FRA	ING	ITA	MEX	POR	Não	Total
IESP- 13	8	0	23	8	0	0	0	0	61	100
UFF- 13	8	0	23	0	0	8	0	8	53	100
UFG- 15	0	0	7	0	0	0	0	0	93	100
UFMG- 19	0	11	5	0	11	5	0	0	68	100
UFPA- 13	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100
UFPE- 15	0	7	27	20	7	0	0	0	39	100
UFPeI- 9	0	11	0	11	23	0	0	0	55	100
UFPI- 11	9	0	0	0	0	0	0	0	91	100
UFPR- 13	0	0	8	8	16	0	0	0	68	100
UFRGS- 18	0	0	0	6	22	0	0	6	66	100
UFSCar- 17	0	6	0	18	18	0	0	0	58	100
UnB- 25	4	0	17	8	0	0	0	0	71	100
Unicamp- 19	0	6	0	22	11	0	0	0	61	100
Unieuro- 9	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100
USP- 24	0	0	29	0	17	4	4	0	46	100

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discente”.

O pós- doutorado se constitui em etapa importante na formação acadêmica dos docentes. Apesar dos EUA (32%) liderar o *ranking* está sendo seguido de perto pela Inglaterra (26%) e pela França (22%). Apesar da forte influência norte-americana, os dados indicam que o principal destino dos professores para realização de pós-doutorado foi a Europa. Nota-se a ausência da América Latina como destino dos brasileiros para realização do pós-doutorado. Devido aos novos acordos ou àqueles renovados com a França, este país passou a ser um dos principais destinos dos bolsistas brasileiros, destacando-se o convênio CAPES/COFECUB, seguido de outros países como a Alemanha e o convênio CAPES/DAAD, os Estados Unidos através do convênio CAPES/FULBRIGHT além de parcerias com países como Portugal (FCT) e Espanha (DGU) (Capes, 2011).

A internacionalização do PhD aparece na maioria dos quadros, com exceção de UFPA e Unieuro. Entre os programas mais antigos, a UFPE é o que apresenta o maior percentual de pesquisadores com formação PhD fora do Brasil. O país onde ocorreu essa formação indica quais linhas teóricas seguem e com quem realizaram trocas

culturais e de conhecimento. Os EUA está presente em todos os programas, exceto na Unicamp; o mesmo acontece com a França, exceto na UFMG. O PPG com a maior parcela de seus docentes formados nos EUA é a UFPE, seguido pelo IESP, que tem um percentual próximo, ambos em torno de um quarto de seus quadros. A Unicamp não apresenta docentes com formação nos EUA, mas possui o maior percentual de pesquisadores com formação na França que pode ser vista como uma segunda escola dos cientistas políticos brasileiros. A UFPE apresenta o maior percentual de formação nos EUA e o segundo maior de PhD na França apresentando grande diversidade na formação de seus docentes e equilíbrio na formação de seu quadro.

A maior concentração de pós-doutores titulados no exterior obtiveram seus títulos em EUA, França e Inglaterra. Somente UFF e UFRGS têm pesquisadores com titulação em Portugal, o que indica que a facilidade do idioma não muda a preferência por outros países da Europa. Alemanha, Itália, México e Portugal são os países que receberam menor número de docentes. Pesquisadores da UFF aparecem em três destes países excetuando o México. Os professores da USP aparecem em Itália e México. A Espanha surge como surpresa de país de formação recebendo pesquisadores de UFMG, UFPE, UFPel, UFSCar e Unicamp. O primeiro PPG da área no Brasil apresenta o mesmo percentual de pós-doutores com formação espanhola que a UFPel, o que mostra que um programa mais antigo pode aprender com a mesma escola que um mais recente. Quanto ao perfil dos pós-doutores dos programas alguns têm a maioria de seus pós-doutores com titulação nos EUA e outros tem a maioria com titulações na Europa. Entre os PPG que têm um perfil mais norte-americano estão IESP, UFG, UnB e USP. No caso da UFG todos os seus PhD's que têm formação internacional estudaram nos EUA. A UFF, UFMG, UFPE, UFPel, UFPI, UFPR, UFRGS, UFSCar e Unicamp são os que têm um perfil mais europeu em seus quadros. A superioridade dos países europeus é maior no caso da UFF, mas a diferença destes em relação aos EUA é de apenas um ponto percentual. Semelhante à Unicamp, a UFPel não apresenta titulados nos EUA em relação ao pós-doutorado. A UFPI apresenta formação somente na Alemanha e o percentual de formação nos países europeus da UFPR é três vezes maior do que os formados nos EUA.

Um modo de internacionalização da área é a atuação dos docentes brasileiros no exterior. A função de professor visitante exige um avançado conhecimento do idioma e a inserção do pesquisador em redes de pesquisa para que exerça com sucesso sua atividade no estrangeiro. Os EUA são o principal destino dos brasileiros em relação

à mobilidade internacional (Madeira e Marengo, 2016). Dos que têm alguma modalidade de formação no exterior, apenas (32%) realizaram estágio fora. Ganha destaque a UFRGS que é programa antigo com o maior número de docentes com essa experiência. Unieuro, UFPI e UFPA são instituições que não tem colaboradores que realizaram estágio no estrangeiro.

Tabela 9- País em que docente foi professor visitante/colaborador por PPG (1990-2014) (%):

PPG-n docentes	ALE	ARG	CAN	ESP	EUA	FRA	ING	ITA	MEX	POL	POR	SUE	URU	Não	Total
IESP-13	0	0	0	0	8	0	0	0	8	8	0	0	0	76	100
UFF-13	8	0	0	0	16	0	0	8	0	0	8	0	0	60	100
UFG-15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100
UFMG-19	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	10	0	0	85	100
UFPA-13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100
UFPE-15	0	0	0	0	7	14	7	0	0	0	0	0	0	72	100
UFPEl-9	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	89	100
UFPI-11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100
UFPR-13	0	8	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	84	100
UFRGS-18	6	6	0	0	6	12	6	0	0	0	0	0	6	58	100
UFSCar-17	0	6	0	0	0	6	6	0	6	0	0	0	0	76	100
UnB-25	8	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	84	100
Unicamp-19	0	0	0	5	10	0	0	0	0	0	0	5	0	80	100
Unieuro-9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100
USP-24	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	92	100

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes”.

Na análise há trinta e nove casos de participação dos docentes como visitantes e colaboradores em instituições estrangeiras. A Europa teve maior percentual de docentes visitantes seguida da América do Norte, que tem a liderança. A América Latina continua em posição secundária representada pela Argentina e Uruguai. Apesar da liderança dos EUA, a quantidade de docentes por programa e país de formação não difere mais que o dobro.

A América Latina é a região em que houve menor participação dos cientistas políticos brasileiros no universo estudado. Os EUA está na liderança como sendo o país que mais teve pesquisadores brasileiros como visitantes (9) se somando a Canadá e México se tem doze pesquisadores brasileiros que atuaram na América do Norte. Ao somarmos os casos de Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, Portugal, Espanha e

Suécia há mais que o dobro de pesquisadores que atuaram na América do Norte (23 pesquisadores). Pequeno percentual dos docentes que foram colaboradores/visitantes em universidades estrangeiras atuou na América Latina.

Os EUA são seguidos pela Alemanha e França na atuação de docentes como professor visitante. As instituições norte-americanas receberam o triplo de docentes que a Inglaterra, Argentina e Portugal. É importante ver um país latino-americano como a Argentina se igualar a países europeus como Inglaterra e Portugal no tocante à admissão de professores visitantes. O diálogo com latinos também se estende ao Uruguai quanto à atuação de brasileiros, já a Argentina tem um maior percentual, o triplo que o Uruguai. A UFRGS e a UFSCar são os dois PPG que têm em seu quadro professores que atuaram em dois países sul-americanos. A UFSCar apresenta atuação na Argentina e México e a UFRGS na Argentina e no Uruguai. Em relação ao destino de artigos outros países latinos aparecem, mas a atuação de pesquisadores fica restrita a esses três.

Em Portugal há atuação de docentes da UFF e UFMG, mas o percentual de atuação neste país é metade do apresentado pela Alemanha. A facilidade do idioma entre brasileiros e portugueses não parece ser o elo de atração para a atuação de brasileiros nesse país. Pesquisadores se dispõem a estudar outros idiomas e atuarem em outras universidades fora de Portugal. Diferente da formação PhD em que a Unicamp não tinha presença nos EUA, no estágio no exterior, o percentual de atuação nos EUA se iguala à soma de Suécia e Espanha. A atuação dos docentes em instituições estrangeiras também serve para partilhar conhecimentos do país que visitou.

A Espanha é o país que teve a participação de docentes de mais de um PPG e somente docentes dos programas mais antigos como UFMG, Unicamp e USP visitaram programas espanhóis. Países que receberam docentes de diferentes PPG apresentam certa diversidade em relação à quantidade de docentes dos programas mais antigos e recentes, exceto no caso dos EUA onde há apenas um programa recente (UFF) e cinco programas antigos (IESP, UFPE, UFRGS, UnB, Unicamp). Chama novamente atenção a ausência de docentes da UFMG com atuação nos EUA, o que acontece no IESP. Entre os países não existe um que se diferencie muito do outro em relação ao número de docentes visitantes. Entre os programas há significativa diferença na quantidade de docentes que atuaram no exterior: a UFRGS é o PPG com o maior percentual de pesquisadores com esta experiência seguido da UFF, um programa recente, que está à frente de instituições mais antigas como IESP, UFMG, UFPE e UnB. A UFSCar fica a frente de UFMG e IESP e se iguala a programas mais antigos como UFPE, Unicamp e

UnB. A atuação no exterior é uma exigência em busca da meta do PNPG 2011-2020 e os cientistas políticos brasileiros têm participado deste processo, ainda que sua maioria (61%) não tenha essa experiência.

Somando os casos de doutorado pleno realizado fora e doutorado sanduíche, os EUA continuam na liderança (44%) dos oitenta e três docentes que realizaram uma modalidade de doutorado no exterior. Conforme ilustração:

Tabela 10 - País de formação do doutorado sanduíche/pleno³⁷ (1971-2014):

País	Casos	%
EUA	36	44
França	18	22
Inglaterra	8	10
Espanha	6	7
Alemanha	5	6
Portugal	4	5
Itália	2	2
Argentina	1	1
Austrália	1	1
Canadá	1	1
Holanda	1	1
Total	83	100

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes”.

A França aparece como segundo país que mais recebeu doutorandos brasileiros reforça a ideia de que esta é uma “segunda escola”, pois recebeu metade do percentual de docentes que se formaram nos EUA tanto na modalidade doutorado pleno como no sanduíche. A Inglaterra aparece em terceiro lugar; chama atenção a proximidade desta com a Espanha em relação ao percentual de docentes que lá estudaram. A proximidade entre a língua espanhola e a portuguesa pode ser um facilitador para pesquisadores brasileiros que vão estudar em países na Espanha. Dos países de formação a Espanha é o único que tem uma divisão exata entre formação plena e sanduíche. Já a quase totalidade dos docentes que estudaram na Inglaterra teve formação plena neste país.

³⁷ Alemanha (1 sanduíche e 4 plenos); Argentina (1 sanduíche); Austrália (1 sanduíche); Canadá (1 sanduíche); Espanha (3 sanduíches e 3 plenos); EUA (15 sanduíches e 21 plenos); França (7 sanduíches e 11 plenos); Holanda (1 pleno); Inglaterra (1 sanduíche e 7 plenos); Itália (2 plenos); Portugal(4sanduíches).

Junto à Espanha está a Alemanha com um ponto percentual abaixo. Na Alemanha a quase totalidade dos casos de doutorado é de formação plena. Dos países com percentuais abaixo de cinco, Holanda e Itália são os únicos que apresentam formação plena. O fato de se ter um maior número de formação plena talvez remeta à ideia de que a internacionalização da formação, em sua maior parcela, no universo analisado, deu-se no período em que havia escassez de ofertas neste nível de estudo. Ainda assim, o número de titulações sanduíche se distancia pouco da plena, o que pode levar a crer que a internacionalização na formação está em processo de acelerada expansão. O limite deste trabalho é o ano de 2014, logo, com passar dos anos novas análises devem ser realizadas para verificar se houve real expansão da internacionalização e o cumprimento das metas do PNPG atual.

A América Latina aparece representada somente pela Argentina na modalidade sanduíche. Cabe refletir sobre o porquê do elevado número de docentes titulados de forma plena nos EUA e na Europa e nenhum na América Latina. No início da pós-graduação na área não era possível escapar da influência da Fundação Ford e das viagens aos EUA. É preciso, no estágio em que se encontra a internacionalização da formação, ter um expressivo número de docentes formados na América Latina para que os cientistas políticos possam dialogar com a escola sul-americana e os currículos dos cursos não venham ficar isolados no tocante à referências a autores latino-americanos (Soares, 2005).

Um fato novo que aparece no doutorado é a ida de um docente para a Oceania, Austrália (1%). A Europa continua tendo mais peso na balança na formação dos docentes dos programas (54%). A invisibilidade de países latino-americanos na formação de brasileiros ainda persiste sendo esta região representada apenas pela Argentina (1%). A França recebeu um número expressivo de docentes (22%), percentual que equivale à metade dos docentes que estudaram na América do Norte.

Os países em que os professores dos programas realizaram doutorado variam por PPG. Em relação à formação na Alemanha há um único caso de sanduíche: docente vinculado a USP, quando se trata de formação de doutorado pleno neste país, além da USP, a UFRGS, UnB e UFF (1 docente de cada entidade) têm em seus quadros docentes com formação na Alemanha. Os formados na Espanha de forma plena são da UFG e UFRGS (1 de cada entidade), e na modalidade sanduíche há docentes vinculados à UFG, UFMG e UFSCar (1 de cada entidade). Passaram pelos EUA trinta e seis professores vinculados aos PPG: IESP (7); UFF (2); UFG (1); UFMG (2); UFPE (5);

UFPI (2); UFRGS (2); UnB (10); Unicamp (2); USP (4). Entidades como UFPA, UFPel, UFPR, UFSCar e Unieuro não têm em seu efetivo formados nos EUA. Sem dúvida os números apresentados são passíveis de contestação, principalmente nos casos de IESP e UFMG por causa do financiamento da Fundação Ford na década de 1960 e as viagens de mineiros e cariocas para complementarem seus estudos de doutorado nos EUA. Cabe lembrar que os dados das carreiras docentes foram extraídos do currículo *Lattes* dos mesmos que estavam vinculados aos departamentos específicos de Ciência Política no momento da coleta. A França recebeu docentes do IESP (2); UFG (1); UFMG (1); UFPA (2); UFPE (2); UFPR (1); UFRGS (4); UFSCar (2); UnB (3); Unieuro (1). Por estar sempre atrás dos EUA, a França nas análises feitas até agora parece ser uma segunda escola da Ciência Política brasileira. A Inglaterra recebeu docentes de entidades como IESP (1); UFF (1); UFPE (2); UFPel (1); UFPR (1); UFSCar (1); UnB (1); Unicamp (1). Itália e Portugal foram destino de seis docentes distribuídos entre UFF, UFMG, UFPE e UFPel. Conforme ilustração:

Tabela 11- Principais países de doutorado por PPG (1971-2014) (%):

PPG- n docentes	Alemanha	Espanha	EUA	França	Inglaterra	Portugal	Outros/não ³⁸	Total
IESP- 13	8	0	54	16	8	0	14	100
UFF- 13	8	0	16	0	8	8	60	100
UFG-15	0	20	7	7	0	0	66	100
UFMG- 19	0	5	11	5	0	5	74	100
UFPA- 13	0	0	0	8	0	0	92	100
UFPE- 15	0	0	34	13	13	7	33	100
UFPel- 9	0	0	0	0	11	11	78	100
UFPI- 11	0	0	18	0	0	0	82	100
UFPR- 13	0	0	0	8	8	0	84	100
UFRGS- 18	6	6	11	22	0	0	55	100
UFSCar- 17	0	6	0	12	0	0	82	100
UnB- 25	4	0	42	13	4	0	37	100
Unicamp- 19	0	0	6	0	6	0	88	100
Unieuro- 9	0	0	0	11	0	0	89	100
USP- 24	4	0	17	0	0	0	79	100

Fonte: banco de dados da pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes”.

³⁸ Docentes que se formaram em outros países com percentual pouco expressivo ou não realizaram nenhuma modalidade de doutorado no exterior.

Em algumas análises anteriores a UFMG não apresenta docentes com modalidades de formação nos EUA, mas no doutorado isto ocorre. Quando visto de forma isolada, o país que mais participou na formação de doutorado é os EUA, mas ao somar o percentual dos países europeus há maior expressão da Europa. Seu percentual fica muito aquém do IESP que tem mais da metade de seu quadro com formação nos EUA. Ambos os programas foram financiados por este país em meados da década de 1970. O percentual de docentes da UFMG que realizaram doutorado pleno ou parcial nos EUA é maior que o da França, vista como uma segunda escola. A França não se destaca muito no programa mineiro porque seus pontos são os mesmos de Portugal e Espanha.

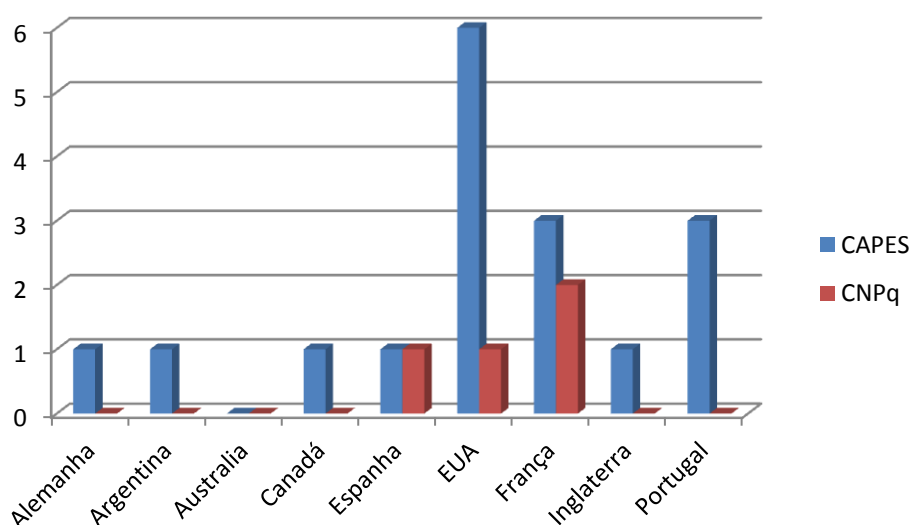
A UFRGS é o programa que apresenta maior percentual de formação francesa sobre a norte-americana. Em termos percentuais a França tem o dobro dos EUA. Em programas como UFSCar, Unieuro e UFPR há formação na França, mas não nos EUA. No doutorado continua pequena a participação de cientistas políticos brasileiros que estudaram em Portugal reforçando a ideia de que a facilidade do idioma não é determinante para escolha do país de estudo. A UFPel não apresenta formação de doutorado de seus docentes nos EUA e França, as duas principais escolas, mas sim na Inglaterra e Portugal. Entidades como UFF, UFPI, Unicamp e USP têm doutores com formação internacionalizada nos EUA, porém nenhum caso na França.

O IESP é o programa que tem a maioria da formação de seu quadro (mais de 80%) concentrada nos EUA e países europeus. A América Latina e outros continentes estão à margem da internacionalização na formação de doutores brasileiros nos departamentos da Ciência Política. Há casos isolados de formações em países em que apenas um docente se formou: Argentina (1 da UFG); Austrália (1 da UFMG); Canadá (1 da UFG); Holanda (1 da Unieuro). Independente da formação estrangeira ter sido realizada anterior ou posteriormente à vinculação com o programa, a presença de pesquisadores brasileiros numa diversidade de países amplia o leque de conhecimento e traz um perfil diferenciado para cada departamento. A UnB é o programa com maior número de professores com formação de doutorado nos EUA e a UFRGS é que tem a maior quantidade de formados na França.

O financiamento do doutorado sanduíche na análise foi realizado pela Capes e CNPq. De vinte e um casos a Capes financiou dezessete, enquanto que o CNPq, apenas

quatro. Uma parcela realizou doutorado pleno no exterior , porém há casos omissos quanto ao fomento por não constar esse dado nos currículos pesquisados. O fomento ao doutorado sanduíche visa inserir os estudantes no diálogo acadêmico internacional. Não se pode afirmar que são as agências que destinam os bolsistas para os países, mas estas financiam a viagem porque têm interesse em internacionalizar a pós-graduação em suas áreas. Conforme Ilustração

Gráfico 1- Agencia de fomento e país de destino sanduíche



Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes”.

Outras entidades como Fulbright, Fapesp, Fapemig também participaram no financiamento de estudos, mas a maior parcela pertence à Capes e ao CNPq. A Capes é a entidade que mais financiou estudos no exterior, com o intuito de atingir parâmetros internacionais no PNPG 2011-2020. O fomento por parte dessas duas agências demonstra o fortalecimento da pós-graduação brasileira.

A Capes financiou (79%) das bolsas, mais que o triplo que o CNPq em doutorado sanduíche. Um número expressivo de docentes (51) realizou doutorado pleno no exterior. O financiamento de bolsas ofereceu a docentes a oportunidade de internacionalizar sua formação na Europa e nos EUA. Os docentes têm contatos nesses países e buscam financiamentos para lá estudarem, porém os pesquisadores não são destinados pelas agências, salvo quando for caso de agência estrangeira. Os países com

os maiores percentuais de cientistas políticos que realizaram doutorado sanduíche são EUA, França e Portugal.

A internacionalização da formação de cientistas políticos, no universo da modalidade sanduíche, ocorre desde a década de 1980, período de surgimento do doutorado da USP, o primeiro do país. Vale ressaltar que esta formação internacional dos docentes não se deu anualmente, mas sofreu interrupções: há um docente em 1989, um em 1996, um em 1997, um em 1998, um em 2000. Em 2001 sobe para dois o número docentes o que se mantém em 2003 subindo para três em 2004. Nos anos de 2005 e 2006 o volume cai para dois docentes. Em 2007 houve três estudantes e em 2008 foram cinco, o número mais expressivo de docentes que realizaram sanduíche num mesmo ano. Em 2009 temos dois e em 2010 novamente cinco. Em 2011 se tem um, dois em 2012 e um único em 2013. Não entram neste cálculo aqueles que realizaram doutorado pleno no exterior, na presente análise são quarenta e nove (21%). Os docentes que não têm formação internacional são cento e quarenta e nove (64%) no universo estudado. Dos pesquisadores que realizaram doutorado pleno no exterior o número maior é dos EUA (21), seguido da França (11), Inglaterra (7), Alemanha (4), Espanha (3), Itália (2) e Holanda (1). O número dos que realizaram doutorado pleno no exterior é maior que os que realizaram sanduíche.

Pode-se dizer que a formação internacional está presente na Ciência Política desde seu surgimento, uma vez que se iniciou no Brasil em meados de 1970. Em todas as décadas os EUA tem expressividade na formação de cientistas políticos. As viagens aos EUA permitiram que os currículos dos PPG fossem elaborados de acordo com os lá ministrados. Em termos de sanduíche, a proporção de docentes que se formaram nesta modalidade não se distancia em relação ao fato do programa ser mais antigo. Tem-se evidência que todos os programas possuem docentes com formação internacional em seu quadro. É importante perceber a concentração de formação de docentes na modalidade sanduíche em um só país: USP, UnB e UFPI, por exemplo nos EUA. Nos demais programas há certa distribuição entre países distintos e que têm poucos docentes com doutorado sanduíche: Unicamp, UFPR e UFPel. Estas últimas têm apenas um docente que teve formação sanduíche, o mesmo acontece na Inglaterra, França e Portugal.

Em relação ao pós-doutorado, no universo estudado, o total de docentes que não realizaram pós-doutorado é maior totalizando cento e quarenta. Vinte docentes da presente análise não tinham essa informação nos currículos *Lattes*, por isso ficam à parte no cálculo. Agências de fomento como CNPq, Capes, Fapesp, Fulbright e Academia Britânica concederam bolsas de pós-doutorado. Na análise, o maior número dos docentes não receberam bolsa e não realizaram pós-doutorado (60%); no caso de alguns docentes ficou inviável a coleta deste dado (7%); as agências de fomento que concederam bolsas aos docentes atingiram um percentual pequeno (33%) dos mesmos. As que recebem destaque são o CNPq, a Capes e Fapesp. Os EUA continuam liderando o *ranking* no número de docentes (18) seguidos da Inglaterra (17) e França (14). Todas as entidades, exceto a Academia Britânica, concederam bolsas para os EUA em número. A Capes é a entidade que mais financiou pós-doutorado (34) seguida pelo CNPq (13) e a Fapesp (11). A Fulbright financiou um caso para os EUA e a Academia Britânica um para a Inglaterra. A Fapesp foi a única agência que financiou estudos para país latino: um caso para o México.

A primeira bolsa de pós-doutorado concedida a docente do universo estudado foi em 1984 pelo CNPq, o que se repete em 1992 sendo o CNPq a única agência de fomento para bolsas desse nível. No ano de 1994 a Capes foi a única entidade de financiamento, o que ocorreu em 1996 com a Fapesp, em 1998 com o CNPq, em 1999 com a Fapesp, em 2000 com o CNPq e em 2001 com a Fapesp novamente. Em 2002 Capes e Fapesp aparecerem juntas como financiadoras de pós-doutorado. De 2002 em diante se excetuando 2004 e 2007, mais de uma agência de fomento financiou docentes com bolsa de pós-doutorado. Os anos de 2005, 2012, 2013, 2014 foram os anos com maior número de docentes pós-doutores. Apesar da internacionalização estar presente na disciplina em período anterior, a maior intensificação desse fenômeno se dá a partir dos anos 2000.

Professores dos PPG se qualificaram no exterior e alguns adquiriram experiência atuando fora do Brasil. Há décadas o envio de bolsista para outros países vêm trazendo inovações para o campo da disciplina no Brasil. Cabe em reflexões futuras analisar que impactos teóricos se está tendo por conta desta internacionalização. Um expressivo número de docentes migraram de PPG de outras áreas para os PPG analisados neste trabalho podendo, parte de sua produção e formação ter ocorrido antes do ingresso no departamento. Neste trabalho se faz uma análise da produção do corpo

docente vinculado ao PPG se notando que os pontos da produção são somados à instituição de ensino. A tabela abaixo ilustra como se distribui a produção internacional entre os docentes do PPG. Conforme ilustração:

Tabela 12- Distribuição da produção internacional em relação a formação do corpo docente dos PPG (%):

PPG	Formação internacional	% publicações do PPG
USP	Não	10
USP	Sim	90
N docentes 24	N publicações 68	100
Unicamp	Não	45
Unicamp	Sim	55
N docentes 19	N publicações 53	100
IESP	Não	25
IESP	Sim	75
N docentes 13	N publicações 44	100
UFSCar	Não	5
UFSCar	Sim	95
N docentes 17	N produções 20	100
UFF	Não	11
UFF	Sim	89
N docentes 13	N publicações 9	100
UFMG	Não	13
UFMG	Sim	87
N docentes 19	N publicações 49	100
UnB	Não	6
UnB	Sim	94
N docentes 25	N publicações 51	100
UFG	Não	34
UFG	Sim	66
N docentes 15	N publicações 3	100
Unieuro	Não	95
Unieuro	Sim	5
N docentes 9	N publicações 16	100
UFRGS	Não	15
UFRGS	Sim	85
N docentes 18	N Publicações 49	100
UFPR	Não	52
UFPR	Sim	48
N docentes 13	N publicações 14	100

UFPeI	Não	66
UFPeI	Sim	34
N docentes 9	N publicações 3	100
UFPE	Não	10
UFPE	Sim	90
N docentes 15	N publicações 36	100
UFPA	Não	100
N docentes 13	N publicações 3	100

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes”.

. É confirmada a hipótese de que a publicação de artigos em periódicos estrangeiros está ligada à formação no exterior. Sem distinção quanto à formação, pode-se dizer que a área tem se qualificado e os brasileiros têm aberto portas nos veículos de comunicação internacional ao publicarem seus artigos. Na maioria dos casos os docentes que têm formação internacionalizada são responsáveis pela maior parcela da produção do corpo docente do PPG. Os maiores percentuais da produção que se concentram nos docentes que não têm formação internacional aparecem em programas mais recentes como UFPeI, Unieuro e UFPR. Na UFPR a diferença é pequena, na UFPeI é o dobro e na Unieuro a quase totalidade da produção (95%) está concentrada nos docentes que se formaram unicamente no Brasil.

No IESP, segundo programa mais antigo, apenas um quarto da produção internacional é dos docentes sem formação internacional sendo bem pontuados os que estudaram fora do país. Além do IESP, outros mais antigos como USP, UnB, UFRGS, UFPE apresentam percentual (mais de 80%) de sua produção internacional em docentes que estudaram no exterior. Diante da variação entre os docentes que escrevem os artigos internacionais, conforme realidade de cada PPG no tocante à produção internacional e à formação fora do Brasil, não se pode dizer que a formação fora do país é determinante, mas sim que os convênios e parcerias são estabelecidos com cada departamento e muitos que têm sua formação completa no Brasil conseguem publicar em periódicos internacionais.

Cada pesquisador tem seu “peso” na produção internacional (ver anexo 2), logo alguns podem apresentar produção muito superior à de seus colegas. Na USP três pesquisadores com formação no exterior representam metade (50%) da produção de artigos internacionais de seu quadro docente. Fato semelhante ocorre na Unicamp em que três docentes representam pouco mais que a metade (51%) do total da produção internacional.

Há uma melhor distribuição na UFF, apesar de grandes divergências: apenas um docente representa quase metade (45%) da produção e somado a outros dois representam, representam quase a totalidade (89%) dos artigos. O número de pesquisadores com artigos internacionais neste programa é baixo (4), mas todos têm peso considerável na produção do quadro. A UnB apresenta distribuição interessante da produção com destaque para apenas três docentes (entre 10 e 33%) numa instituição com maior número de professores. Destes três um representa o triplo de cada um dos dois restantes (34%) sendo este o pesquisador que mais conseguiu veicular suas pesquisas fora do Brasil.

Em programas mais recentes como UFG e UFPel a distribuição da produção se dá de maneira igual entre os docentes. Apenas um docente da UFPA tem produção internacional, logo representa a totalidade da produção deste PPG. Fato curioso ocorre na Unieuro, onde um docente sem formação internacional é responsável por quase toda a produção do corpo docente (90%) que somado a um outro que não tem formação fora do Brasil, aumenta ainda mais tal índice (95%). O docente que tem formação internacional neste departamento é responsável por uma parcela minúscula de artigos internacionais (5%).

Em alguns programas há uma relevante diferença na produção internacional dos docentes com formação internacional e os sem. Alguns casos demonstram equilíbrio na produção quanto à formação. Instituições como UFPel, UFPR e Unieuro são exemplos de PPG em que docentes, sem formação no exterior, publicam mais que os que têm uma modalidade de formação fora demonstrando que os docentes da área têm qualificado e internacionalizado sua produção intelectual independentemente de onde se formou.

Considerações finais

A disciplina vem se expandindo e internacionalizando por meio das publicações, estudos e atuação de docentes no exterior. Além destes, outros modos de internacionalização podem ocorrer como, por exemplo, a vinda de estudantes estrangeiros para se qualificarem no Brasil. As trocas culturais de conhecimento entre docentes de todo o mundo estão acontecendo tanto por meio de seus artigos quanto por meio de atuação/formação fora. Ganham destaque como destino EUA e França. As transformações pelas quais passou a disciplina para chegar ao seu estágio atual permitiram notável desenvolvimento e emancipação de outras ciências, conforme perspectiva de Thomas Kuhn. Autônoma e desenvolvida, a Ciência Política brasileira, tem buscado seu espaço no cenário internacional. Cabe aos pesquisadores brasileiros aperfeiçoarem suas metodologias e análises para melhor fundamentação da disciplina evidenciando características específicas dos politólogos brasileiros. A metodologia dos pesquisadores brasileiros deve ser consistente para resoluções de qualquer “quebra-cabeça” investigativo.

O fenômeno da internacionalização atingiu todos os PPG da análise: em quatorze programas houve publicação de artigos e atuação/formação no exterior. No caso da UFPI não ocorreu a publicação de artigos em periódicos internacionais, conforme dados levantados em março de 2015, mas a formação internacional em seu quadro docente estava presente. Programas antigos e os mais recentes têm participado da internacionalização da disciplina. Ao mesmo tempo que a área de Ciência Política se expande com a criação de novos programas, o mesmo ocorre em relação à sua internacionalização, seja pelos artigos ou formação e atuação dos novos docentes. É ponto relevante que a internacionalização da disciplina tem ocorrido de forma diferente nas regiões do país. Outro fator importante é que os programas da área, em sua maioria, são universidades públicas, ao passo que há somente uma entidade privada, a Unieuro. O Iuperj (IESP) era uma instituição privada quando surgiu, mas, atualmente está vinculada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Fica o desafio de expandir a oferta da pós-graduação em Ciência Política por todas as regiões do país. Caso isso não ocorra, caberia às instituições privadas a oferta de pós-graduação na área. Paralelo à busca pela internacionalização, é preciso que se discuta a efetiva nacionalização da cobertura geográfica da disciplina.

A meta do PNPG 2011-2020 é atingir parâmetros internacionais e a disciplina tem conseguido cumprir com este objetivo estabelecendo diálogo com outros países. A

internacionalização do conhecimento da academia brasileira é algo recente e se espera que aumente em anos futuros. Uma questão subjetiva que deve preocupar cada pesquisador é quais ganhos ele obtem com tal internacionalização: o desafio está proposto e os docentes dos PPG parecem ter procurado atingir a meta.

As publicações das pesquisas dos cientistas brasileiros em periódicos estrangeiros dão notoriedade ao conhecimento produzido no Brasil. Publicar em veículos estrangeiros é importante e os artigos têm sido publicados em revistas que se enquadram nos diferentes estratos da avaliação de periódicos da Capes. Além dos critérios de avaliação *Qualis* esses periódicos têm sua qualidade medida por outros mecanismos internacionais que fazem um *ranking* das revistas. As pesquisas publicadas em revistas que se encontram nos estratos mais elevados do *Qualis* e mostram o nível desses artigos. Publicações internacionais prestigiam os docentes e forçam, na visão deste autor, que os que não atingiram tal patamar, esforcem-se a buscá-lo. O sistema brasileiro de pós-graduação tem se fortalecido e serve de exemplo para os países latinos (Soares, 2005), uma vez que o sistema tem um bom funcionamento e qualidade adequados produzindo conhecimento de altíssimo nível e relevância. Mesmo que se publique em revistas estrangeiras, as descobertas de brasileiros podem ser utilizadas em outros contextos e sugerem que o conhecimento produzido pelos pesquisadores deve se voltar para solução de problemas e questões do Brasil, não deixando de levar em conta a relevância das publicações de pesquisas em periódicos nacionais. Os pesquisadores podem passar por alguma avaliação que leve em consideração a internacionalização de suas pesquisas publicadas em periódicos estrangeiros, mas essa não deve ser determinante.

Pode ocorrer que um pesquisador sem publicações em veículos internacionais a tenha em um periódico nacional antigo, bem conceituado desde sua criação como a revista Dados. Este periódico foi criado na década de 1960 e abre portas para publicações da área de Ciências Sociais que também abrange a Ciência Política. Há o caso de pesquisadores estrangeiros que procuram publicar na Dados, o que representa uma forma de internacionalização da área. Este periódico nacional pode ser mais bem conceituado que outros veículos estrangeiros, o que significa que alguns periódicos nacionais podem ter mais relevância que revistas internacionais. O conhecimento dos cientistas políticos brasileiros é valorizado devido à qualidade dos veículos em que circulam, os pesquisadores, então, devem tentar publicar a maior parte de seus artigos em periódicos classificados nos estratos A1, A2 e B1, fato que lhes dá mais visibilidade.

As barreiras e posições hierárquicas permanecem mesmo que ocorra o diálogo internacional (Madeira e Marengo, 2016). As distintas posições que os países ocupam na hierarquia podem trazer empecilhos para a troca de conhecimento e publicações de pesquisas dos diferentes países. Em decorrência deste fato alguns periódicos de determinados países podem se fechar para pesquisadores de sua própria nacionalidade e estrangeiros, o que atinge os brasileiros dificultando publicações de seus artigos em alguns periódicos internacionais (Soares, 2005). Ao mesmo tempo que um periódico de determinada nacionalidade pode se fechar para os cientistas políticos brasileiros, outro periódico do mesmo país pode abrir suas portas para publicações brasileiras. Em termos de expansão para outros países, as pesquisas brasileiras da área têm obtido sucesso mesmo que encontrem dificuldades em alguns veículos. Em casos de países e revistas em que programas publicam de forma isolada, isto pode ser indicativo de que apenas o PPG ou alguns docentes do mesmo seguem a linha de pesquisa do país em que veiculam suas pesquisas. Dentre muitos desses exemplos, pode-se citar a Unicamp: único programa que tem publicação de seu quadro em Cuba, fato que talvez possa se justificar porque existe no departamento desta universidade um grupo de pesquisa marxista. O diálogo com diferentes escolas é evidência de que o quadro dos cientistas políticos brasileiros é diversificado quanto às linhas teóricas que cada pesquisador segue.

As publicações internacionais de docentes ocorrem desde a década de 1970 e vêm se desenvolvendo ao longo dos anos com a criação de novos programas. A visibilidade que a Ciência Política brasileira tem no exterior vem crescendo, mas seu impacto ainda é questionável (Soares, 2005) (Madeira e Marengo, 2016). É preciso aumentar o número de publicações em periódicos estrangeiros tentando se igualar a outros países no tocante à quantidade de publicações para que o impacto da disciplina seja maior fora do país.

Aponta-se que o ensino das metodologias é um ponto fraco da pós-graduação na área sendo necessária a ida do pesquisador para realizar cursos de metodologia fora do país (Soares, 2005) É imprescindível uma melhor qualificação metodológica dos cientistas políticos para que suas análises atendam aos requisitos estabelecidos pelos periódicos internacionais para que novas oportunidades de publicação, onde atualmente se encontram barreiras se abram.

A pequena quantidade de artigos destinados à América Latina é passível de questionamento, dado que os currículos dos PPG brasileiros anulam referências latino-

americanas (Soares, 2005) e fica inviável estabelecimento de qualquer diálogo teórico entre o Brasil e seus vizinhos. A Ciência Política brasileira tem sido publicada em vários países ganhando destaque os EUA e a Europa, pois, é destas regiões que os programas baseiam seus referenciais teóricos. O conhecimento produzido na América Latina deve ser valorizado pelos docentes brasileiros e aparecer nos cursos oferecidos na área da disciplina. Enquanto as referências brasileiras são desqualificadas na hierarquia de países em relação ao peso e tradição teórica que representam, talvez o Brasil esteja fazendo o mesmo em não referenciar seus vizinhos latinos.

Assim como as publicações brasileiras se expandiram por vários países, a formação de docentes dos quadros dos programas também se deu em diferentes territórios estrangeiros. Ganham destaque na formação internacional EUA e França sugerindo serem estas duas principais escolas dos cientistas políticos brasileiros. A formação fora do país na modalidade pleno tem explicação pelo tardio surgimento do doutorado na área e, quando na criação dos programas da UFMG e do IUPERJ, mineiros e cariocas tinham financiamento de viagens aos EUA para realizarem seus estudos de doutorado. Há formações de doutorado pleno em outros países além dos EUA, mas a norte-americana influenciou os programas brasileiros porque que mineiros e cariocas construíram os currículos dos programas nacionais com base em aprendizados nos EUA (Neto e Santos, 2015). Em anos posteriores ao surgimento das ofertas de doutorado no Brasil a formação plena começou a diminuir e cresce, então a modalidade sanduíche. A internacionalização da formação como um todo se mantém, ainda, permitindo trocas de conhecimentos em outros países. Com base neste estudo, não se pôde dizer que houve uma completa americanização da Ciência Política brasileira, porque a Europa tem peso maior na formação e pesquisadores brasileiros se diferem dos norte-americanos, visto que estes têm forte formação metodológica e são vistos como matemáticos rígidos em suas análises.

Como país isolado os EUA sempre estiveram na liderança quanto à internacionalização da formação dos pesquisadores dos programas e estão seguidos pela França. As escolas norte-americanas e francesas foram as que mais influenciaram os docentes brasileiros. A facilidade do idioma não serve como atrativo para estudos de brasileiros em Portugal. Como a pós-graduação brasileira tem se qualificado cada vez mais, tal fato tem representado concorrência para instituições internacionais. Alguns pesquisadores tiveram sua qualificação completa no Brasil e isto não os torna inferiores aos demais. Como o PNPG 2011-2020 dá uma atenção especial à internacionalização, a

meta para os que forem compor os futuros quadros e não tiverem formação concluída é a de internacionalizar suas formações nas modalidades doutorado ou pós-doutorado.

Além da formação em grandes centros como EUA e França, os brasileiros são convidados a atuarem em instituições universitárias em outros países e também encontram oportunidades de emprego não disponíveis no Brasil. Os brasileiros atuaram em países onde se exigiu o domínio de outros idiomas, o que não os impediu de produzir nestas instituições e trouxe a seus currículos experiência internacional. Alguns docentes não exerceram atividades de professor visitante/colaborador em universidades estrangeiras, mas exerceram tal função em universidades brasileiras.

Conforme análise deste trabalho a Ciência Política brasileira tem se internacionalizado de dois modos: 1) por meio das publicações de artigos dos brasileiros em periódicos estrangeiros; 2) pela ida de brasileiros ao exterior para se qualificarem e/ou atuarem como pesquisadores visitantes/colaboradores de instituições estrangeiras. Estes modos de internacionalização não são os únicos existentes, logo, outros estudos podem encontrar diferentes modos de internacionalização. Ambos os modos têm como consequências a troca de conhecimentos entre diferentes países e o fortalecimento do diálogo internacional entre eles. A formação internacional e o ato de publicar em periódicos internacionais são fatores que estão conectados, mas, docentes sem formação internacional também têm publicado no exterior. Emancipada da Sociologia e de outras ciências, a Ciência Política como “ciência nova” precisa se expandir ainda mais pelo Brasil se utilizando da oferta de novos programas em entidades da Federação onde não tenham chegado ainda.

Não foi constatada diferença entre programas mais antigos e mais recentes na disposição quanto a atingir parâmetros internacionais de formação e publicação. Devido à diferença no tempo de existência das entidades, algumas podem estar em processo mais acelerado que outras. Os PPG têm internacionalizado a formação de seus quadros e respectivas publicações. A internacionalização da disciplina permite que os pesquisadores brasileiros sejam inseridos no diálogo internacional e venham a construir um compartilhamento de saberes na área da disciplina mais ampliado.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Ciência Política no Brasil, avanços e desafios**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 87-103.

ARAÚJO, Cícero; REIS, Bruno P. W. **A formação do pós-graduado em ciência política**. In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 35-54.

BARBOZA, Danilo Praxedes; BARBERIA, Lorena Guadalupe; GODOY, Samuel Ralize de. **Ciência de impacto: uma análise de classificação das revistas científica de Ciência Política e Relações Internacionais no sistema Qualis (2010-2014)**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em <http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1473814332_ARQUIVO_ABCP2016_Artigo_fv.pdf> Acesso em 08.01.16.

BULCOURF, Pablo; VAZQUEZ, Juan Cruz. **La Ciencia Política como profesión**. POSTData Revista, 2012. Disponível em <<http://www.revistapostdata.com.ar/2012/01/la-ciencia-politica-como-profesion-pablo-bulcoursf-juan-cruz-vazquez/>> Acesso em 08.01.17.

CAPES. Critérios de classificação qualis- ensino. CAPES/MEC [2013?]. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/qualis/ensino.pdf> Acesso em 12.02.18.

CAPES. **Plano de ação da CAPES para expansão da formação de estudantes de pós-graduação, graduação e docentes no exterior**. CAPES/MEC, 2011. Disponível em:

<http://www.baylat.org/fileadmin/user_upload/dateien/aktuelles/ausschreibungen/plano_de_formacao_exterior_versaocompleta_070611.pdf> Acesso em 25.02.17.

CAPES. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017- Ciência Política e Relações internacionais**. CAPES/MEC, 2017. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017-

[ci%C3%A4Anciapolitica_relatoriodeavalia%C3%A7%C3%A3o_quadrienal2017_final.pdf](#)> Acesso em 12.02.18.

CHIBENE, Silvio Seno. **Síntese de A Estrutura das Revoluções Científicas, de Thomas Kuhn.** Disponível em <<http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/structure-sintese.htm>> Acesso em 11.02.17.

KEINERT, Fábio Cardoso; SILVA, Dimitri Pinheiro. **A gênese da ciência política Brasileira.** Tempo Social, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 08.10. 2017.

LEITE, Fernando Baptista. **Posições e divisões na Ciência Política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica.** Revista de Sociologia e Política, 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000300011> Acesso em 01.12.2016.

LEITE, Fernando; CODATO, Adriano. **Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes.** Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR. v.1, n°1, 2013. Disponível em: <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/10/8>> Acesso em 23.09.2017.

MADEIRA, Rafael Machado. **Dinâmicas de internacionalização de carreiras dos docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política no Brasil.** 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/dinamicas-internacionalizacao-carreiras-dos-docentes.pdf>> Acesso em 02.01.17.

MADEIRA, Rafael Machado; MARENCO, André. **Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional.** Revista Brasileira de Ciência Política, n° 1. Brasília, janeiro-abril de 2016, p. 47-74. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n19/2178-4884-rbcpol-19-00047.pdf>> Acesso em 15.09.2017.

MADEIRA, Rafael Machado Madeira. Pesquisa **Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes brasileiros**. 2011.

MARTINS, Carlos Benedito. **A formação do sistema nacional de pós-graduação**. In: A Educação Superior no Brasil, CAPES, Brasília, 2002.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; MORITZ, Mariana Oliveira; MELO, Pedro Antônio de. **A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/26136/5.30.pdf?sequence=1>> Acesso em 25.09.2016.

MARTINS, Carlos B (Org.). **Para onde vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MORITZ, Gilberto de Oliveira; MORITZ, Mariana Oliveira; MELO, Pedro Antônio de. **A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/26136/5.30.pdf?sequence=1>> Acesso em 25.09.2016.

MOROSINI, Marília Costa. **Estado de conhecimento sobre internacionalização da educação superior- conceitos e práticas**. Educar n. 28, 2006, p. 107-114. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a08n28.pdf>> Acesso em 12.02.18.

MÖRSCHBÄCHER, Melina; MAGLIA, Cristiana; PERES, Paulo Sérgio. **Mapeando a pesquisa na Ciência Política brasileira: áreas temáticas e redes de colaboração nos programas de pós-graduação**. 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2016. Disponível em: <http://www.encontroabcp2016.cienciapolitica.org.br/resources/anais/5/1469067129_ARQUIVO_ARTIGOABCP2016-MORSCHBACHER,MAGLIA,PERES.pdf> Acesso em 08.01.17.

NETO, Octavio Amorim; SANTOS, Fabiano. **La ciencia política en Brasil en la última década: La nacionalización y la lenta superación del parroquialismo**. Revista de ciencia política (Santiago), v.35, no.1, 2015. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2015000100002&lng=es&nrm=iso&tlng=es> Acesso em 06.09.2017.

NETO, Octavio Amorim; SANTOS, Fabiano. **La ciencia política en Brasil: el desafío de la expansión.** Revista de ciencia política (Santiago), v. 25, no.1, 2005. Disponível em < <http://www.scielo.cl/pdf/revcipol/v25n1/art7.pdf>> Acesso em 07.09.17.

NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian. **A Produção da Ciência Política Brasileira: Uma Análise dos Artigos Acadêmicos.** 37º Encontro Anual da Associação Nacional da Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 2013. Disponível em: < <http://www.anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/st/st14/8478-a-producao-da-ciencia-politica-brasileira-uma-analise-dos-artigos-academicos/file>> Acesso em 09.09.2017.

PAIVA, Flavia Melville. A internacionalização da pós-graduação brasileira: Estado, política social e política educacional. [2012?]. disponível em: < <http://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/controle/DocumentoControle.php?oper=download&cod=1867>> Acesso em 11.02.18.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, nº 68, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n68/v23n68a05.pdf>> Acesso em 11.02.18

QUIRINO, Célia. **Departamento de Ciência Política.** Estud. Av. v8. n 22, São Paulo, 1994. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300043> Acesso em 12.11.2017.

SERAFIM, Andréa Bier. A Pós-graduação no Brasil: Políticas de desenvolvimento. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35594/Andr%C3%A9a%20Bier%20Serafim%20-%20A%20P%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf?sequence=4>> Acesso em 01.10.2016. Florianópolis, 2004.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil.** In: MARTINS, Carlos Benedito (Org). Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil São Paulo, Bauru. EDUSC, 2005, p. 55-86.

TAVARES, Francisco Mata Machado; OLIVEIRA, Ian Caetano de. **Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas**

sócio-epistêmicos. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 19, Brasília, janeiro- abril de 2016, p.11-45. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n19/2178-4884-rbcpol-19-00011.pdf>> Acesso em 17.09.2017.

Anexo 1

Revistas das publicações dos programas

Revista	IESP	UFF	UFMG	UFSCar	Unicamp	USP
Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad	1	0	0	0	0	0
Cities	0	0	0	0	0	0
Araucaria	1	0	0	0	0	0
Cahiers des Amériques Latines	3	0	0	1	0	0
Critica Marxista	1	0	0	0	1	0
Critical Policy Studies	1	0	2	0	0	0
Estudios Internacionales	1	0	2	0	0	0
Interciencia	1	0	0	0	0	0
Legislative Studies Quarterly	2	0	0	0	0	0
Public Administration and Development	2	0	0	0	0	0
Comparative Politics	2	0	1	0	0	1
Droit et Société	1	0	0	0	0	0
El Debate Político	2	1	0	0	0	0
Environment and Urbanization	1	0	0	0	0	0
Historia Contemporánea	1	0	0	0	0	0
KAS-Auslands-Informationen	1	0	0	0	0	0
Política	1	0	0	0	0	0
LASA Forum	1	0	0	0	0	1
Cahiers du Brésil Contemporain	1	0	0	0	0	0
Internationale Politik	1	0	0	0	0	0
Nueva Sociedad	2	0	0	0	1	3
World Political Science Review	1	0	0	0	0	3
Foreign Affairs en Español	1	0	1	0	0	0
Jahrbuch fur Geschichte Lateinamerikas	1	0	0	0	0	0
Latin American Politics and Society	1	0	1	0	0	1
Journal of Legislative Studies	1	0	0	0	0	0
Revista Española de Desarrollo y Cooperación	1	0	0	0	0	0
Theory, Culture & Society	1	0	0	0	0	0
La Revue Internationale et Stratégique	1	0	0	0	0	0
NACLA Report on the Americas	1	0	0	0	0	0
Pensamiento Internacional	1	0	0	0	0	0
Revista de Ciencia Política	1	0	5	1	0	1
Línea Sur Revista de Política Exterior	1	0	0	0	0	0
Política Internacional	1	0	0	0	0	0
Política Chile	1	0	0	0	0	0
Journal of Politics in Latin America	1	0	1	0	1	1
Latin American Research Review	1	0	3	0	0	2
Regional & Federal Studies	1	0	0	0	0	0
Critica	0	1	0	0	0	0
Latin American Politics and Society	0	1	0	0	0	0
Revista Pilquen	0	1	0	0	0	0

Iris	0	1	0	0	0	0
Sociologies Pratiques	0	1	0	0	0	0
Análise Social	0	1	2	0	1	0
The Latin Americanist	0	1	0	0	0	0
Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly	0	1	0	0	0	0
Latinskaâ Amerika	0	0	0	0	0	0
Más Poder Local	0	0	0	0	0	0
Passages de Paris	0	0	0	0	0	0
Information sur les Sciences Sociales	0	0	1	0	0	0
Bulletin of Latin American Research	0	0	1	0	0	0
Íconos	0	0	2	0	0	0
International Journal of Sociology	0	0	1	0	0	1
Political Studies	0	0	1	0	0	0
Revista Crítica de Ciências Sociais	0	0	2	0	0	0
Revista Española de Ciencia Política	0	0	1	0	0	0
Revista Portuguesa de História	0	0	1	0	0	0
Sociológica	0	0	1	0	0	0
Umbranes de América del Sur	0	0	1	0	0	0
Advances in Gender Research	0	0	1	0	0	0
América Latina Hoy	0	0	3	2	0	0
International Journal of Urban and Regional Research	0	0	2	0	0	4
Revista Latinoamericana de Opinión Pública	0	0	3	0	0	1
Utopía y Praxis Latinoamericana	0	0	1	0	1	0
Information sur les Sciences Sociales (Paris)	0	0	1	0	0	0
Política y Cultura	0	0	1	0	0	0
Revista del Instituto Electoral del Estado de Mexico Apuntes Electorales	0	0	1	0	0	0
Sistema	0	0	1	0	0	0
Les Cahiers ALHIM	0	0	1	0	0	0
IDS Bulletin	0	0	1	0	2	2
Perspectives on Politics	0	0	1	0	0	0
Journal of Public Deliberation	0	0	1	0	0	0
Journal of Democracy	0	0	1	0	0	1
Temas del Cono Sur	0	0	0	0	0	0
Alternatives Internationales	0	0	0	0	0	0
Biblios	0	0	0	0	0	0
Colombia Internacional	0	0	0	0	0	0
Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo	0	0	0	0	0	0
Delaware Review of Latin American Studies	0	0	0	0	0	0
International Political Science Review	0	0	0	0	0	0
Journal of Latin American Studies	0	0	0	1	0	1
Latin American Perspectives	0	0	0	5	8	3
Revue Internationale de Politique Comparée	0	0	0	0	2	0
Armées d'Aujourd'hui	0	0	0	0	0	0
Futures	0	0	0	0	0	0

Journal of Third World Studies	0	0	0	0	0	0
Relaciones Internacionales	0	0	0	0	0	0
Journal of Globalization for the Common Good	0	0	0	0	0	0
Review of European Studies	0	0	0	0	0	0
Lusotopie	0	0	0	0	3	0
The Quarterly Review of Economics and Finance	0	0	0	0	0	0
Political Research Quarterly	0	0	0	0	0	0
Comparative Political Studies	0	0	0	0	0	0
Studia Politicae	0	0	0	0	0	0
Latin American Review of Comparative Politics	0	0	0	0	0	0
Nuevo Mundo-Mundos Nuevos	0	0	0	0	0	0
Cuadernos de Información	0	0	0	0	0	0
Espacio Abierto	0	0	0	0	0	0
Journal of Economic Issues	0	0	0	0	0	0
Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales	0	0	0	0	0	0
Foro Internacional	0	0	0	0	0	0
Herramienta	0	0	0	0	2	0
Journal of Developing Societies	0	0	0	0	0	0
Politique et Sociétés	0	0	0	0	0	0
Revista Mexicana de Sociología	0	0	0	0	1	3
Revue Française de Science Politique	0	0	0	0	0	0
Security and Defense Studies Review	0	0	0	0	0	0
Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies	0	0	0	0	0	0
Ecuador Debate	0	0	0	0	0	0
International Journal of Contemporary Sociology	0	0	0	0	0	0
Temas y Debates	0	0	0	0	1	0
Cahiers de la Recherche sur L'Éducation et les Savoirs	0	0	0	1	0	0
Cultures et Conflits	0	0	0	0	0	0
Desarrollo y Sociedad	0	0	0	0	0	0
Revista Iberoamericana	0	0	0	0	0	0
The International Journal of Intelligence and Counter Intelligence	0	0	0	0	0	0
Intelligence and National Security	0	0	0	0	0	0
Sociologia	0	0	0	0	0	0
Espacios en Blanco. Serie Indagaciones	0	0	0	0	0	0
Social Science Information	0	0	0	0	0	0
Más Poder Local	0	0	0	0	0	0
Política y Gestión	0	0	0	0	0	0
Revue Internationale de Sociologie	0	0	0	0	1	3
Cinta de Moebio	0	0	0	0	0	0
Demos Participativa	0	0	0	0	0	0
Actes du GERPISA	0	0	0	1	0	0

Estudios Migratorios Latino-americanos	0	0	0	1	0	0
Mei-Zhong Gonggong Guanli	0	0	0	1	0	0
International Journal of Automotive Technology and Management	0	0	0	2	0	0
Corporate Ownership & Control	0	0	0	2	0	0
Social Alternatives	0	0	0	1	0	0
Revista de Estudios Latinoamericanos	0	0	0	1	0	0
Electoral Studies	0	0	0	0	0	0
Estudios Internacionales IRIPAZ	0	0	0	0	0	0
Estudios Sociológicos	0	0	0	0	0	0
Futuribles	0	0	0	0	0	0
International Journal of Politics, Culture and Society	0	0	0	0	0	0
Public Administration and Development	0	0	0	0	0	0
International Journal of Electronic Governance	0	0	0	0	0	0
Political Behavior	0	0	0	0	0	0
Politics & Society	0	0	0	0	0	1
American Politics Research	0	0	0	0	0	0
RCCS	0	0	0	0	0	0
Report on the Americas	0	0	0	0	0	0
The Journal of Legislative Studies	0	0	0	0	0	0
Journal of Civil Society	0	0	0	0	0	0
Political Psychology	0	0	0	0	0	0
Revista SAAP	0	0	0	0	0	0
The Journal of Politics	0	0	0	0	0	1
International Journal of Forecasting	0	0	0	0	0	0
Latin American Politics & Society	0	0	0	0	0	0
Mobilization	0	0	0	0	0	0
Human Rights Review	0	0	0	0	2	0
L'Homme	0	0	0	0	1	0
Marx Ahora	0	0	0	0	5	0
Pensamiento Propio	0	0	0	0	3	2
Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales	0	0	0	0	2	2
Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales	0	0	0	0	1	0
Agrarian South: Journal of Political Economy	0	0	0	0	1	0
Fordham Law Review	0	0	0	0	1	0
International Journal of Public Opinion Research	0	0	0	0	1	0
Development in Practice	0	0	0	0	1	0
EURASIA. Rivista di Studi Geopolitici	0	0	0	0	1	0
Observatorio Social de América Latina	0	0	0	0	1	0
Texas Papers on Latin America	0	0	0	0	1	0
Welttrends	0	0	0	0	1	0
Citizenship Studies	0	0	0	0	1	0

Realidad Económica	0	0	0	0	1	0
World Affairs	0	0	0	0	1	0
Historia Magistra	0	0	0	0	1	0
Actuel Marx	0	0	0	0	1	0
Socialism and Democracy	0	0	0	0	1	0
Editorial Mercosur ABC	0	0	0	0	0	0
Forced Migration Review	0	0	0	0	0	0
Politikon	0	0	0	0	0	0
Estudios Internacionales	0	0	0	0	0	0
Diálogos	0	0	0	0	0	0
Estudios de Asia y Africa	0	0	0	0	0	0
Memorias	0	0	0	0	0	0
Migraciones Internacionales	0	0	0	0	0	0
Economía	0	0	0	0	0	1
Equipo Federal del Trabajo	0	0	0	0	0	3
Fuerzas Armadas y Sociedad	0	0	0	0	0	1
Higher Education Quarterly	0	0	0	0	0	1
Revista Fuerzas Armadas y Sociedad	0	0	0	0	0	1
Tópicos	0	0	0	0	0	4
World Politics	0	0	0	0	0	1
Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo	0	0	0	0	0	1
Local Environment	0	0	0	0	0	1
New Global Studies	0	0	0	0	0	2
Revista de la Educación Superior	0	0	0	0	0	1
Foreign Policy Research Centre Journal	0	0	0	0	0	1
Journal of Modern Italian Studies	0	0	0	0	0	1
Journal of Professoriate	0	0	0	0	0	1
Redes, Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales	0	0	0	0	0	1
Revista de teoría y filosofía política clásica y moderna	0	0	0	0	0	1
Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales	0	0	0	0	0	3
Studies in Comparative International Development	0	0	0	0	0	1
Hologramática	0	0	0	0	0	1
Estudios Sociológicos	0	0	0	0	0	1
Connections	0	0	0	0	0	1
Journal of Latin American Studies	0	0	0	0	0	1
Total	44	9	49	20	53	68

Continuação

Revista	UFPR	UFRGS	UFPeI
Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad	0	1	0
Cities	0	0	0

Araucaria	0	0	0
Cahiers des Amériques Latines	0	0	0
Critica Marxista	0	0	0
Critical Policy Studies	0	0	0
Estudios Internacionales	0	0	0
Interciencia	0	0	0
Legislative Studies Quarterly	0	0	0
Public Administration and Development	0	0	0
Comparative Politics	0	0	0
Droit et Société	0	1	0
El Debate Político	0	0	0
Environment and Urbanization	0	0	0
Historia Contemporánea	0	0	0
KAS-Auslands-Informationen	0	0	0
Política	0	3	0
LASA Forum	0	0	0
Cahiers du Brésil Contemporain	0	2	0
Internationale Politik	0	0	0
Nueva Sociedad	0	1	0
World Political Science Review	0	0	0
Foreign Affairs en Español	0	0	0
Jahrbuch fur Geschichte Lateinamerikas	0	0	0
Latin American Politics and Society	0	1	0
Journal of Legislative Studies	0	0	0
Revista Española de Desarrollo y Cooperación	0	0	0
Theory, Culture & Society	0	0	0
La Revue Internationale et Stratégique	0	0	0
NACLA Report on the Americas	0	0	0
Pensamiento Internacional	0	0	0
Revista de Ciencia Política	0	2	0
Línea Sur Revista de Política Exterior	0	0	0
Política Internacional	0	0	0
Política Chile	0	0	0
Journal of Politics in Latin America	0	0	0
Latin American Research Review	1	2	0
Regional & Federal Studies	0	0	0
Critica	0	0	0
Latin American Politics and Society	0	0	0
Revista Pilquen	0	0	0
Iris	0	0	0
Sociologies Pratiques	0	0	0
Análise Social	0	0	0
The Latin Americanist	0	0	0
Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly	0	0	0
Latinskaâ Amerika	0	0	0
Más Poder Local	0	0	0

Passages de Paris	0	0	0
Information sur les Sciences Sociales	0	0	0
Bulletin of Latin American Research	0	1	0
Íconos	0	0	0
International Journal of Sociology	0	0	0
Political Studies	0	0	0
Revista Crítica de Ciências Sociais	0	0	0
Revista Española de Ciencia Política	0	0	0
Revista Portuguesa de História	0	0	0
Sociológica	0	0	0
Umbrales de América del Sur	0	0	0
Advances in Gender Research	0	0	0
América Latina Hoy	0	4	0
International Journal of Urban and Regional Research	0	0	0
Revista Latinoamericana de Opinión Pública	1	0	0
Utopía y Praxis Latinoamericana	0	0	0
Information sur les Sciences Sociales (Paris)	0	0	0
Política y Cultura	1	0	0
Revista del Instituto Electoral del Estado de Mexico Apuntes Electorales	0	0	0
Sistema	0	1	0
Les Cahiers ALHIM	0	0	0
IDS Bulletin	0	0	0
Perspectives on Politics	0	0	0
Journal of Public Deliberation	0	0	0
Journal of Democracy	0	0	0
Temas del Cono Sur	0	0	0
Alternatives Internationales	0	0	0
Biblios	0	0	0
Colombia Internacional	0	0	2
Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo	0	0	0
Delaware Review of Latin American Studies	0	0	0
International Political Science Review	0	0	0
Journal of Latin American Studies	1	0	0
Latin American Perspectives	0	0	0
Revue Internationale de Politique Comparée	0	0	0
Armées d'Aujourd'hui	0	0	0
Futures	0	0	0
Journal of Third World Studies	0	0	0
Relaciones Internacionales	0	0	0
Journal of Globalization for the Common Good	0	0	0
Review of European Studies	0	0	0
Lusotopie	0	0	0
The Quarterly Review of Economics and Finance	0	0	0
Political Research Quarterly	0	0	0
Comparative Political Studies	0	0	0

Studia Politicae	0	0	0
Latin American Review of Comparative Politics	0	0	0
Nuevo Mundo-Mundos Nuevos	0	0	1
Cuadernos de Información	1	0	0
Espacio Abierto	1	1	0
Journal of Economic Issues	2	0	0
Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales	1	0	0
Foro Internacional	1	1	0
Herramienta	3	0	0
Journal of Developing Societies	1	0	0
Politique et Sociétés	0	1	0
Revista Mexicana de Sociología	0	2	0
Revue Française de Science Politique	0	1	0
Security and Defense Studies Review	0	2	0
Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies	0	1	0
Ecuador Debate	0	1	0
International Journal of Contemporary Sociology	0	1	0
Temas y Debates	0	3	0
Cahiers de la Recherche sur L'Éducation et les Savoirs	0	2	0
Cultures et Conflits	0	1	0
Desarrollo y Sociedad	0	1	0
Revista Iberoamericana	0	1	0
The International Journal of Intelligence and Counter Intelligence	0	2	0
Intelligence and National Security	0	1	0
Sociologia	0	1	0
Espacios en Blanco. Serie Indagaciones	0	1	0
Social Science Information	0	1	0
Más Poder Local	0	1	0
Política y Gestión	0	1	0
Revue Internationale de Sociologie	0	1	0
Cinta de Moebio	0	1	0
Demos Participativa	0	1	0
Actes du GERPISA	0	0	0
Estudios Migratórios Latino-americanos	0	0	0
Mei-Zhong Gonggong Guanli	0	0	0
International Journal of Automotive Technology and Management	0	0	0
Corporate Ownership & Control	0	0	0
Social Alternatives	0	0	0
Revista de Estudios Latinoamericanos	0	0	0
Electoral Studies	0	0	0
Estudios Internacionales IRIPAZ	0	0	0
Estudios Sociológicos	0	0	0
Futuribles	0	0	0
International Journal of Politics, Culture and Society	0	0	0
Public Administration and Development	0	0	0
International Journal of Electronic Governance	0	0	0

Political Behavior	0	0	0
Politics & Society	0	0	0
American Politics Research	0	0	0
RCCS	0	0	0
Report on the Americas	0	0	0
The Journal of Legislative Studies	0	0	0
Journal of Civil Society	0	0	0
Political Psychology	0	0	0
Revista SAAP	0	0	0
The Journal of Politics	0	0	0
International Journal of Forecasting	0	0	0
Latin American Politics & Society	0	0	0
Mobilization	0	0	0
Human Rights Review	0	0	0
L'Homme	0	0	0
Marx Ahora	0	0	0
Pensamiento Propio	0	0	0
Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales	0	0	0
Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales	0	0	0
Agrarian South: Journal of Political Economy	0	0	0
Fordham Law Review	0	0	0
International Journal of Public Opinion Research	0	0	0
Development in Practice	0	0	0
EURASIA. Rivista di Studi Geopolitici	0	0	0
Observatorio Social de América Latina	0	0	0
Texas Papers on Latin America	0	0	0
Welttrends	0	0	0
Citizenship Studies	0	0	0
Realidad Económica	0	0	0
World Affairs	0	0	0
Historia Magistra	0	0	0
Actual Marx	0	0	0
Socialism and Democracy	0	0	0
Editorial Mercosur ABC	0	0	0
Forced Migration Review	0	0	0
Politikon	0	0	0
Estudios Internacionales	0	0	0
Diálogos	0	0	0
Estudios de Asia y Africa	0	0	0
Memorias	0	0	0
Migraciones Internacionales	0	0	0
Economía	0	0	0
Equipo Federal del Trabajo	0	0	0
Fuerzas Armadas y Sociedad	0	0	0
Higher Education Quarterly	0	0	0
Revista Fuerzas Armadas y Sociedad	0	0	0

Tópicos	0	0	0
World Politics	0	0	0
Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo	0	0	0
Local Environment	0	0	0
New Global Studies	0	0	0
Revista de la Educación Superior	0	0	0
Foreign Policy Research Centre Journal	0	0	0
Journal of Modern Italian Studies	0	0	0
Journal of Professoriate	0	0	0
Redes, Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales	0	0	0
Revista de teoría y filosofía política clásica y moderna	0	0	0
Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales	0	0	0
Studies in Comparative International Development	0	0	0
Hologramática	0	0	0
Estudios Sociológicos	0	0	0
Connections	0	0	0
Journal of Latin American Studies	0	0	0
Total	14	49	3

Continuação

Revistas	UFG	UFPA	UFPE	UnB	UFPI	Unieuro
Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad	0	0	0	0	0	1
Cities	0	1	0	0	0	0
Araucaria	0	0	0	0	0	0
Cahiers des Amériques Latines	0	0	0	1	0	0
Critica Marxista	0	0	0	0	0	0
Critical Policy Studies	0	0	0	0	0	0
Estudios Internacionales	0	0	1	0	0	0
Interciencia	0	0	0	0	0	0
Legislative Studies Quarterly	0	0	1	3	0	0
Public Administration and Development	0	0	0	0	0	0
Comparative Politics	0	0	0	0	0	0
Droit et Société	0	0	0	0	0	0
El Debate Político	0	0	0	0	0	0
Environment and Urbanization	0	0	0	0	0	0
Historia Contemporánea	0	0	0	0	0	0
KAS-Auslands-Informationen	0	0	0	0	0	0
Política	0	0	0	0	0	0
LASA Forum	0	0	0	1	0	0
Cahiers du Brésil Contemporain	0	0	0	0	0	0
Internationale Politik	0	0	0	0	0	0
Nueva Sociedad	0	0	1	0	0	0
World Political Science Review	0	0	0	0	0	0
Foreign Affairs en Español	0	0	0	0	0	0

Jahrbuch fur Geschichte Lateinamerikas	0	0	0	0	0	0
Latin American Politics and Society	0	0	1	1	0	0
Journal of Legislative Studies	0	0	0	0	0	0
Revista Española de Desarrollo y Cooperación	0	0	0	0	0	0
Theory, Culture & Society	0	0	0	0	0	0
La Revue Internationale et Stratégique	0	0	0	0	0	0
NACLA Report on the Americas	0	0	0	0	0	0
Pensamiento Internacional	0	0	0	0	0	0
Revista de Ciencia Política	0	0	0	1	0	0
Línea Sur Revista de Política Exterior	0	0	0	0	0	0
Política Internacional	0	0	0	0	0	0
Política Chile	0	0	0	0	0	0
Journal of Politics in Latin America	0	0	0	2	0	0
Latin American Research Review	0	0	1	2	0	0
Regional & Federal Studies	0	0	0	0	0	0
Critica	0	0	0	0	0	0
Latin American Politics and Society	0	0	0	0	0	0
Revista Pilquen	0	0	0	0	0	0
Iris	0	0	0	0	0	0
Sociologies Pratiques	0	0	0	0	0	0
Análise Social	0	0	1	0	0	0
The Latin Americanist	0	0	0	0	0	0
Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly	0	0	0	0	0	0
Latinskaâ Amerika	1	0	0	0	0	0
Más Poder Local	1	0	0	0	0	0
Passages de Paris	1	0	0	0	0	0
Information sur les Sciences Sociales	0	0	0	0	0	0
Bulletin of Latin American Research	0	0	0	1	0	0
Íconos	0	0	0	0	0	0
International Journal of Sociology	0	0	0	0	0	0
Political Studies	0	0	0	0	0	0
Revista Crítica de Ciências Sociais	0	0	0	0	0	0
Revista Española de Ciencia Política	0	0	0	0	0	0
Revista Portuguesa de História	0	0	0	0	0	0
Sociológica	0	0	0	0	0	0
Umbranes de América del Sur	0	0	0	0	0	0
Advances in Gender Research	0	0	0	0	0	0
América Latina Hoy	0	0	1	2	0	0
International Journal of Urban and Regional Research	0	0	2	1	0	0
Revista Latinoamericana de Opinión Pública	0	0	0	0	0	0
Utopía y Praxis Latinoamericana	0	0	0	0	0	0
Information sur les Sciences Sociales (Paris)	0	0	0	0	0	0
Política y Cultura	0	0	0	0	0	1
Revista del Instituto Electoral del Estado de Mexico Apuntes Electorales	0	0	0	0	0	0
Sistema	0	0	0	0	0	0

Les Cahiers ALHIM	0	0	0	0	0	0
IDS Bulletin	0	0	0	0	0	0
Perspectives on Politics	0	0	0	0	0	0
Journal of Public Deliberation	0	0	0	0	0	0
Journal of Democracy	0	0	1	0	0	0
Temas del Cono Sur	0	1	0	0	0	0
Alternatives Internationales	0	1	0	0	0	0
Biblios	0	0	1	0	0	0
Colombia Internacional	0	0	1	2	0	0
Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo	0	0	1	0	0	0
Delaware Review of Latin American Studies	0	0	2	0	0	0
International Political Science Review	0	0	4	0	0	0
Journal of Latin American Studies	0	0	1	2	0	0
Latin American Perspectives	0	0	2	3	0	0
Revue Internationale de Politique Comparée	0	0	1	1	0	0
Armées d'Aujourd'hui	0	0	1	0	0	0
Futures	0	0	1	0	0	0
Journal of Third World Studies	0	0	1	0	0	0
Relaciones Internacionales	0	0	1	1	0	2
Journal of Globalization for the Common Good	0	0	1	0	0	0
Review of European Studies	0	0	1	0	0	0
Lusotopie	0	0	2	0	0	0
The Quarterly Review of Economics and Finance	0	0	1	0	0	0
Political Research Quarterly	0	0	1	0	0	0
Comparative Political Studies	0	0	1	1	0	0
Studia Politicae	0	0	1	0	0	0
Latin American Review of Comparative Politics	0	0	1	0	0	0
Nuevo Mundo-Mundos Nuevos	0	0	0	1	0	1
Cuadernos de Información	0	0	0	0	0	0
Espacio Abierto	0	0	0	0	0	0
Journal of Economic Issues	0	0	0	0	0	0
Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales	0	0	0	0	0	0
Foro Internacional	0	0	0	0	0	2
Herramienta	0	0	0	0	0	0
Journal of Developing Societies	0	0	0	0	0	0
Politique et Sociétés	0	0	0	0	0	0
Revista Mexicana de Sociología	0	0	0	0	0	0
Revue Française de Science Politique	0	0	0	0	0	0
Security and Defense Studies Review	0	0	0	0	0	0
Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies	0	0	0	0	0	0
Ecuador Debate	0	0	0	0	0	0
International Journal of Contemporary Sociology	0	0	0	0	0	0

Temas y Debates	0	0	0	0	0	0
Cahiers de la Recherche sur L'Éducation et les Savoirs	0	0	0	0	0	0
Cultures et Conflits	0	0	0	0	0	0
Desarrollo y Sociedad	0	0	0	0	0	0
Revista Iberoamericana	0	0	0	0	0	0
The International Journal of Intelligence and Counter Intelligence	0	0	0	0	0	0
Intelligence and National Security	0	0	0	0	0	0
Sociologia	0	0	0	0	0	0
Espacios en Blanco. Serie Indagaciones	0	0	0	0	0	0
Social Science Information	0	0	0	0	0	0
Más Poder Local	0	0	0	0	0	0
Política y Gestión	0	0	0	0	0	0
Revue Internationale de Sociologie	0	0	0	0	0	0
Cinta de Moebio	0	0	0	0	0	0
Demos Participativa	0	0	0	0	0	0
Actes du GERPISA	0	0	0	0	0	0
Estudios Migratórios Latino-americanos	0	0	0	0	0	0
Mei-Zhong Gonggong Guanli	0	0	0	0	0	0
International Journal of Automotive Technology and Management	0	0	0	0	0	0
Corporate Ownership & Control	0	0	0	0	0	0
Social Alternatives	0	0	0	0	0	0
Revista de Estudios Latinoamericanos	0	0	0	0	0	0
Electoral Studies	0	0	0	3	0	0
Estudios Internacionales IRIPAZ	0	0	0	2	0	0
Estudios Sociológicos	0	0	0	1	0	0
Futuribles	0	0	0	1	0	0
International Journal of Politics, Culture and Society	0	0	0	1	0	0
Public Administration and Development	0	0	0	1	0	0
International Journal of Electronic Governance	0	0	0	1	0	0
Political Behavior	0	0	0	1	0	0
Politics & Society	0	0	0	2	0	0
American Politics Research	0	0	0	1	0	0
RCCS	0	0	0	1	0	0
Report on the Americas	0	0	0	1	0	0
The Journal of Legislative Studies	0	0	0	1	0	0
Journal of Civil Society	0	0	0	1	0	0
Political Psychology	0	0	0	1	0	0
Revista SAAP	0	0	0	1	0	0
The Journal of Politics	0	0	0	1	0	0
International Journal of Forecasting	0	0	0	2	0	0
Latin American Politics & Society	0	0	0	1	0	0
Mobilization	0	0	0	1	0	0
Human Rights Review	0	0	0	0	0	0

L'Homme	0	0	0	0	0	0
Marx Ahora	0	0	0	0	0	0
Pensamiento Propio	0	0	0	0	0	0
Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales	0	0	0	0	0	0
Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales	0	0	0	0	0	0
Agrarian South: Journal of Political Economy	0	0	0	0	0	0
Fordham Law Review	0	0	0	0	0	0
International Journal of Public Opinion Research	0	0	0	0	0	0
Development in Practice	0	0	0	0	0	0
EURASIA. Rivista di Studi Geopolitici	0	0	0	0	0	0
Observatorio Social de América Latina	0	0	0	0	0	0
Texas Papers on Latin America	0	0	0	0	0	0
Welttrends	0	0	0	0	0	0
Citizenship Studies	0	0	0	0	0	0
Realidad Económica	0	0	0	0	0	0
World Affairs	0	0	0	0	0	0
Historia Magistra	0	0	0	0	0	0
Actuel Marx	0	0	0	0	0	0
Socialism and Democracy	0	0	0	0	0	0
Editorial Mercosur ABC	0	0	0	0	0	1
Forced Migration Review	0	0	0	0	0	1
Politikon	0	0	0	0	0	1
Estudios Internacionales	0	0	0	0	0	1
Diálogos	0	0	0	0	0	1
Estudios de Asia y Africa	0	0	0	0	0	2
Memorias	0	0	0	0	0	1
Migraciones Internacionales	0	0	0	0	0	1
Economía	0	0	0	0	0	0
Equipo Federal del Trabajo	0	0	0	0	0	0
Fuerzas Armadas y Sociedad	0	0	0	0	0	0
Higher Education Quarterly	0	0	0	0	0	0
Revista Fuerzas Armadas y Sociedad	0	0	0	0	0	0
Tópicos	0	0	0	0	0	0
World Politics	0	0	0	0	0	0
Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo	0	0	0	0	0	0
Local Environment	0	0	0	0	0	0
New Global Studies	0	0	0	0	0	0
Revista de la Educación Superior	0	0	0	0	0	0
Foreign Policy Research Centre Journal	0	0	0	0	0	0
Journal of Modern Italian Studies	0	0	0	0	0	0
Journal of Professoriate	0	0	0	0	0	0
Redes, Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales	0	0	0	0	0	0

Revista de teoría y filosofía política clásica y moderna	0	0	0	0	0	0
Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales	0	0	0	0	0	0
Studies in Comparative International Development	0	0	0	0	0	0
Hologramática	0	0	0	0	0	0
Estudios Sociológicos	0	0	0	0	0	0
Connections	0	0	0	0	0	0
Journal of Latin American Studies	0	0	0	0	0	0
Total	3	3	36	51	0	16

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes”.

Anexo 2

Distribuição das produções entre os docentes por programa

Docente	PPG	Formação internacional	% publicações do PPG
D1	USP	Sim (PhD)	12
D2	USP	Sim (PhD)	1
D3	USP	Sim (PhD)	3
D4	USP	Sim (PhD)	3
D5	USP	Sim (pleno)	6
D6	USP	Sim (sanduíche)	17
D7	USP	Sim (PhD)	4
D8	USP	Sim (pleno)	8
D9	USP	Sim (sanduíche)	4
D10	USP	Sim (PhD)	21
D11	USP	Não	1
D12	USP	Sim (PhD)	3
D13	USP	Sim (PhD)	4
D14	USP	Não	8
D15	USP	Sim (PhD)	3
D16	USP	Não	1
D17	USP	Sim (sanduíche)	1
N publicações 68			
D18	Unicamp	Não	16
D19	Unicamp	Sim (PhD)	5
D20	Unicamp	Sim (PhD)	3
D21	Unicamp	Sim (PhD)	23
D22	Unicamp	Sim (pleno)	12
D23	Unicamp	Sim (PhD)	5
D24	Unicamp	Sim (PhD)	2
D25	Unicamp	Sim (sanduíche)	2
D26	Unicamp	Não	2
D27	Unicamp	Não	7
D28	Unicamp	Sim (PhD)	3
D29	Unicamp	Não	2
D30	Unicamp	Não	9
D31	Unicamp	Não	3
D32	Unicamp	Não	3
D33	Unicamp	Não	3
N publicações 53			
D34	IESP	Sim (pleno)	9
D35	IESP	Sim (pleno)	16
D36	IESP	Sim (pleno)	7
D37	IESP	Sim (sanduíche)	2

D38	IESP	Não	25
D39	IESP	Sim (pleno)	14
D40	IESP	Sim (pleno)	14
D41	IESP	Sim (pleno)	7
D42	IESP	Sim (sanduíche)	6
N publicações 44			
D43	UFSCar	Sim (PhD)	25
D44	UFSCar	Sim (PhD)	35
D45	UFSCar	Sim (pleno)	5
D46	UFSCar	Sim (PhD)	5
D47	UFSCar	Sim (PhD)	5
D48	UFSCar	Sim (sanduíche)	10
D49	UFSCar	Sim (sanduíche)	10
D50	UFSCar	Não	5
N produções 20			
D51	UFF	Não	11
D52	UFF	Sim (pleno)	45
D53	UFF	Sim (PhD)	11
D54	UFF	Sim (PhD)	33
N publicações 9			
D55	UFMG	Sim (PhD)	7
D56	UFMG	Sim (sanduíche)	1
D57	UFMG	Não	1
D58	UFMG	Sim (sanduíche)	4
D59	UFMG	Sim (PhD)	7
D60	UFMG	Sim (PhD)	15
D61	UFMG	Sim (pleno)	23
D62	UFMG	Sim (PhD)	4
D63	UFMG	Sim (sanduíche)	4
D64	UFMG	<u>Sim (sanduíche)</u>	4
D65	UFMG	Não	7
D66	UFMG	Não	4
D67	UFMG	Não	1
D68	UFMG	Sim (PhD)	8
D69	UFMG	Sim (sanduíche)	10
N publicações 49			
D70	UnB	Sim (pleno)	8
D71	UnB	Sim (pleno)	4
D72	UnB	Sim (pleno)	5
D73	UnB	Sim (pleno)	4
D74	UnB	Sim (pleno)	34
D75	UnB	Sim (pleno)	11
D76	UnB	Sim (pleno)	10
D77	UnB	Não	4
D78	UnB	Não	2
D79	UnB	Sim (pleno)	14

D80	UnB	Sim (pleno)	4
N publicações 51			
D81	UFG	Não	33,33
D82	UFG	Sim (sanduíche)	33,33
D83	UFG	Sim (sanduíche)	33,33
N publicações 3			
D84	Unieuro	Não	90
D85	Unieuro	Sim (pleno)	5
D86	Unieuro	Não	5
N publicações 16			
D87	UFRGS	Sim (pleno)	26
D88	UFRGS	Não	8
D89	UFRGS	Sim (PhD)	1
D90	UFRGS	Sim (pleno)	6
D91	UFRGS	Não	1
D92	UFRGS	Sim (sanduíche)	8
D93	UFRGS	Sim (pleno)	8
D94	UFRGS	Não	1
D95	UFRGS	Sim (sanduíche)	8
D96	UFRGS	Sim (pleno)	1
D97	UFRGS	Sim (PhD)	23
D98	UFRGS	Não	1
D99	UFRGS	Sim (PhD)	4
D100	UFRGS	Não	4
N Publicações 49			
D101	UFPR	Não	20
D102	UFPR	Não	14
D103	UFPR	Não	9
D104	UFPR	Sim (pleno)	20
D105	UFPR	Sim (PhD)	28
D106	UFPR	Não	9
N publicações 14			
D107	UFPEl	Não	33,33
D108	UFPEl	Sim (PhD)	33,33
D109	UFPEl	Sim (sanduíche)	33,33
N publicações 3			
D110	UFPE	Não	5
D111	UFPE	Sim (PhD)	2
D112	UFPE	Não	5
D113	UFPE	Sim (sanduíche)	2
D114	UFPE	Sim (pleno)	2
D115	UFPE	Sim (pleno)	11
D116	UFPE	Sim (pleno)	22
D117	UFPE	Sim (pleno)	11
D118	UFPE	Sim (PhD)	2
D119	UFPE	Sim (pleno)	5

D120	UFPE	Sim (pleno)	33
			N publicações 36
D121	UFPA	Não	100
			N publicações 3

Fonte: banco de dados- Pesquisa “Quem faz e como se faz Ciência Política no Brasil: análise de teses e dissertações e perfil de docentes e discentes”.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3ª. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br